



SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO

SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ RN

**Auditor Fiscal de Receitas Estaduais
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-RN**, cargo de **Auditor Fiscal de Receitas Estaduais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/o7b3JZn83upS3LQP7>

01 - ABCDE	31 - ABCDE	61 - ABCDE	91 - ABCDE	121 - ABCDE	151 - ABCDE	181 - ABCDE	211 - ABCDE
02 - ABCDE	32 - ABCDE	62 - ABCDE	92 - ABCDE	122 - ABCDE	152 - ABCDE	182 - ABCDE	212 - ABCDE
03 - ABCDE	33 - ABCDE	63 - ABCDE	93 - ABCDE	123 - ABCDE	153 - ABCDE	183 - ABCDE	213 - ABCDE
04 - ABCDE	34 - ABCDE	64 - ABCDE	94 - ABCDE	124 - ABCDE	154 - ABCDE	184 - ABCDE	214 - ABCDE
05 - ABCDE	35 - ABCDE	65 - ABCDE	95 - ABCDE	125 - ABCDE	155 - ABCDE	185 - ABCDE	215 - ABCDE
06 - ABCDE	36 - ABCDE	66 - ABCDE	96 - ABCDE	126 - ABCDE	156 - ABCDE	186 - ABCDE	216 - ABCDE
07 - ABCDE	37 - ABCDE	67 - ABCDE	97 - ABCDE	127 - ABCDE	157 - ABCDE	187 - ABCDE	217 - ABCDE
08 - ABCDE	38 - ABCDE	68 - ABCDE	98 - ABCDE	128 - ABCDE	158 - ABCDE	188 - ABCDE	218 - ABCDE
09 - ABCDE	39 - ABCDE	69 - ABCDE	99 - ABCDE	129 - ABCDE	159 - ABCDE	189 - ABCDE	219 - ABCDE
10 - ABCDE	40 - ABCDE	70 - ABCDE	100 - ABCDE	130 - ABCDE	160 - ABCDE	190 - ABCDE	220 - ABCDE
11 - ABCDE	41 - ABCDE	71 - ABCDE	101 - ABCDE	131 - ABCDE	161 - ABCDE	191 - ABCDE	221 - ABCDE
12 - ABCDE	42 - ABCDE	72 - ABCDE	102 - ABCDE	132 - ABCDE	162 - ABCDE	192 - ABCDE	222 - ABCDE
13 - ABCDE	43 - ABCDE	73 - ABCDE	103 - ABCDE	133 - ABCDE	163 - ABCDE	193 - ABCDE	223 - ABCDE
14 - ABCDE	44 - ABCDE	74 - ABCDE	104 - ABCDE	134 - ABCDE	164 - ABCDE	194 - ABCDE	224 - ABCDE
15 - ABCDE	45 - ABCDE	75 - ABCDE	105 - ABCDE	135 - ABCDE	165 - ABCDE	195 - ABCDE	225 - ABCDE
16 - ABCDE	46 - ABCDE	76 - ABCDE	106 - ABCDE	136 - ABCDE	166 - ABCDE	196 - ABCDE	226 - ABCDE
17 - ABCDE	47 - ABCDE	77 - ABCDE	107 - ABCDE	137 - ABCDE	167 - ABCDE	197 - ABCDE	227 - ABCDE
18 - ABCDE	48 - ABCDE	78 - ABCDE	108 - ABCDE	138 - ABCDE	168 - ABCDE	198 - ABCDE	228 - ABCDE
19 - ABCDE	49 - ABCDE	79 - ABCDE	109 - ABCDE	139 - ABCDE	169 - ABCDE	199 - ABCDE	229 - ABCDE
20 - ABCDE	50 - ABCDE	80 - ABCDE	110 - ABCDE	140 - ABCDE	170 - ABCDE	200 - ABCDE	230 - ABCDE
21 - ABCDE	51 - ABCDE	81 - ABCDE	111 - ABCDE	141 - ABCDE	171 - ABCDE	201 - ABCDE	231 - ABCDE
22 - ABCDE	52 - ABCDE	82 - ABCDE	112 - ABCDE	142 - ABCDE	172 - ABCDE	202 - ABCDE	232 - ABCDE
23 - ABCDE	53 - ABCDE	83 - ABCDE	113 - ABCDE	143 - ABCDE	173 - ABCDE	203 - ABCDE	233 - ABCDE
24 - ABCDE	54 - ABCDE	84 - ABCDE	114 - ABCDE	144 - ABCDE	174 - ABCDE	204 - ABCDE	234 - ABCDE
25 - ABCDE	55 - ABCDE	85 - ABCDE	115 - ABCDE	145 - ABCDE	175 - ABCDE	205 - ABCDE	235 - ABCDE
26 - ABCDE	56 - ABCDE	86 - ABCDE	116 - ABCDE	146 - ABCDE	176 - ABCDE	206 - ABCDE	236 - ABCDE
27 - ABCDE	57 - ABCDE	87 - ABCDE	117 - ABCDE	147 - ABCDE	177 - ABCDE	207 - ABCDE	237 - ABCDE
28 - ABCDE	58 - ABCDE	88 - ABCDE	118 - ABCDE	148 - ABCDE	178 - ABCDE	208 - ABCDE	238 - ABCDE
29 - ABCDE	59 - ABCDE	89 - ABCDE	119 - ABCDE	149 - ABCDE	179 - ABCDE	209 - ABCDE	239 - ABCDE
30 - ABCDE	60 - ABCDE	90 - ABCDE	120 - ABCDE	150 - ABCDE	180 - ABCDE	210 - ABCDE	240 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/iEZd>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***O FUTURO DA FORMAÇÃO JURÍDICA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA DE ENSINO HUMANISTA**

A formação jurídica é um campo em constante transformação, impulsionado pelas dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas que permeiam a sociedade contemporânea. Com o advento da Inteligência Artificial (IA), surgem novas oportunidades e desafios para o ensino do direito, trazendo à tona questões que transcendem a mera aplicação de regras jurídicas. Em um mundo cada vez mais mediado por tecnologias avançadas, é essencial que os profissionais do direito sejam capacitados não apenas em competências técnicas, mas também em habilidades críticas e éticas, que lhes permitam enfrentar os dilemas complexos que surgem na interseção entre o direito e a tecnologia.

A filosofia de práxis, que enfatiza a relação intrínseca entre teoria e prática, oferece um referencial valioso para a reconfiguração do ensino jurídico. Ela defende que o conhecimento jurídico deve ser aplicado de maneira consciente e transformadora, visando à justiça social e ao bem comum. Nesse contexto, a IA não deve ser encarada como uma mera ferramenta de eficiência, mas como um recurso que pode potencializar a capacidade dos juristas de atuar de forma humanista, crítica e ética. Assim, o desafio do ensino jurídico contemporâneo reside em integrar a tecnologia de maneira que não comprometa os valores fundamentais da prática jurídica, como a equidade e a justiça.

A introdução da IA no ensino jurídico pode revolucionar a forma como os estudantes se relacionam com o conhecimento e a prática do direito. Ferramentas de IA podem facilitar a pesquisa jurídica, criar simulações de cenários e auxiliar na tomada de decisões, permitindo que os alunos explorem questões éticas e sociais de maneira mais profunda. No entanto, é crucial que essa integração ocorra de maneira crítica, refletindo sobre os impactos sociais da tecnologia e garantindo que os futuros profissionais do direito estejam preparados para atuar em um ambiente onde a tecnologia e a ética se entrelaçam.

Portanto, buscaremos explorar o futuro da formação jurídica, investigando como a IA pode ser utilizada como uma ferramenta de ensino humanista. Ao fazer isso, propomos um modelo de educação jurídica que não apenas abraça a inovação tecnológica, mas também permanece comprometido com a formação de profissionais que priorizam a justiça, a ética e a transformação social, contribuindo assim para um sistema jurídico mais equitativo e humano.

(RIBEIRO, Anderson Filipini; CUNHA, Filipe Mello Sampaio; ALFAYA, Natalia Maria Ventura da Silva. O futuro da formação jurídica: inteligência artificial como ferramenta de ensino humanista. *Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC*, Londrina, v. 9, n. 1, e107, jan./jun., 2024. Com adaptações.)

1. Assinale a alternativa que reproduz corretamente a ideia central defendida no texto.
 - a) A inteligência artificial, ao priorizar a eficiência técnica, tende a substituir a dimensão humanista do ensino jurídico, tornando secundárias as preocupações éticas e sociais.
 - b) O uso da inteligência artificial no ensino do direito é legítimo apenas quando restrito a atividades operacionais, como pesquisa jurisprudencial e automação de tarefas.
 - c) A incorporação da inteligência artificial ao ensino jurídico deve ocorrer de modo crítico, de forma a fortalecer a formação ética, humanista e socialmente comprometida dos futuros juristas.
 - d) A filosofia da práxis sustenta que o conhecimento jurídico deve permanecer teórico, evitando interferências tecnológicas que possam comprometer sua autonomia.
 - e) A transformação tecnológica no ensino jurídico elimina a necessidade de formação crítica, pois as ferramentas digitais passam a orientar as decisões profissionais

2. Com base nos sentidos do texto, julgue os itens a seguir.

- I Entende-se do texto que a incorporação da inteligência artificial ao ensino jurídico é apresentada como inevitável e, por isso, deve ocorrer independentemente de reflexões éticas.
- II No segundo parágrafo, a afirmação de que a filosofia de práxis enfatiza a relação entre teoria e prática é utilizada para fundamentar a defesa de um ensino jurídico voltado à transformação social.
- III No terceiro parágrafo, identifica-se uma exemplificação de possíveis usos da inteligência artificial no ensino jurídico, associada à necessidade de abordagem crítica dessa tecnologia.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas os itens I e II estão certos.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos

3. Infere-se do terceiro parágrafo do texto que

- a) o emprego da inteligência artificial no ensino jurídico favorece abordagens pedagógicas que estimulam a análise de problemas complexos e multidimensionais.
- b) a presença da inteligência artificial no ensino do direito representa um risco inevitável de enfraquecimento da autonomia intelectual dos estudantes.
- c) a utilização da inteligência artificial no ensino jurídico depende prioritariamente do domínio técnico dos sistemas computacionais pelos alunos.
- d) o uso de tecnologias de inteligência artificial no ensino jurídico tende a deslocar o foco da formação para competências estritamente instrumentais.
- e) a adoção da inteligência artificial no ensino jurídico é apresentada como um processo neutro, sem implicações sociais relevantes

4. Assinale a opção correta acerca do tipo textual, em relação ao texto.

- a) Predomina no texto o tipo textual narrativo, por relata a história da formação jurídica.
- b) O primeiro parágrafo do texto é predominantemente descritivo, pois descreve o campo da formação jurídica.
- c) O texto é predominantemente injuntivo, pois nele os autores apresentam orientações diretas sobre como deve ocorrer a utilização da inteligência artificial no ensino jurídico.
- d) O texto é constituído de diferentes tipos textuais, havendo nele trechos expositivos e trechos argumentativos.
- e) O texto é essencialmente expositivo, pois não defesa do ponto de vista dos autores

5. Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o vocábulo 'permeiam' (primeiro período do primeiro parágrafo) fosse substituído por

- a) perpassam
- b) transcorrem em
- c) interferem sobre
- d) circunscrevem
- e) estão imbuídas de

6. No texto, o vocábulo "se", em "os estudantes se relacionam com o conhecimento" (primeiro período do terceiro parágrafo), caracteriza-se como

- a) partícula apassivadora, pois transforma o verbo em voz passiva sintética.
- b) índice de indeterminação do sujeito, já que não há referência explícita ao agente da ação.
- c) parte integrante do verbo, visto que a forma verbal "relacionam" está empregada como verbo pronominal.
- d) partícula expletiva, sem função sintática, empregada apenas para realce estilístico.
- e) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva.

7. No primeiro parágrafo, há três ocorrências da palavra “que”. Assinale a alternativa correta acerca do emprego e do sentido dos termos em suas três ocorrências.
- a) Nas três ocorrências, “que” exerce a mesma função sintática, introduzindo orações subordinadas adjetivas restritivas.
 - b) Na primeira e na terceira ocorrências, “que” é pronome relativo com valor anafórico, ao passo que, na segunda, é conjunção integrante que introduz oração subordinada.
 - c) Na primeira ocorrência, “que” é conjunção integrante; na segunda, pronome relativo; e, na terceira, partícula expletiva.
 - d) Na segunda e na terceira ocorrências, “que” exerce função de sujeito das orações subordinadas que introduz.
 - e) Em todas as ocorrências, “que” possui valor conectivo e retoma semanticamente ideias expressas no período anterior, estabelecendo coesão referencial e sequencial
8. Seria mantida a correção gramatical do texto caso fosse a vírgula fosse retirada após a palavra
- a) “avançadas” (terceiro período do primeiro parágrafo).
 - b) “prática” (primeiro período do segundo parágrafo).
 - c) “contexto” (terceiro período do segundo parágrafo).
 - d) “jurídica” (segundo período do terceiro parágrafo).
 - e) “isso” (segundo período do quarto parágrafo)
9. Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso se substituísse
- I “trazendo à tona questões” (terceiro período do primeiro parágrafo) por **trazendo questões à baila**.
 - II “visando à justiça” (segundo período do segundo parágrafo) por **tendo como finalidade à justiça**.
 - III “onde a tecnologia e a ética se entrelaçam” (terceiro período do terceiro parágrafo) **onde a tecnologia se entrelaça à ética**.
- a) Apenas o item I está certo.
 - b) Apenas o item II está certo.
 - c) Apenas o item III está certo.
 - d) Apenas os itens I e II estão certos.
 - e) Apenas os itens I e III estão corretos.
10. Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do texto seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada preserva a correção gramatical do texto, considerando as regras de emprego e colocação pronominal.
- a) “que lhes permitam enfrentar” (terceiro período do primeiro parágrafo): **que permitam enfrentar-lhes**
 - b) “que permeiam a sociedade contemporânea” (primeiro período do primeiro parágrafo): **que permeiam-na**
 - c) “trazendo à tona questões que transcendem a mera aplicação de regras jurídicas” (segundo período do primeiro parágrafo): **trazendo à tona questões que as transcendem**
 - d) “que pode potencializar a capacidade dos juristas” (segundo período do segundo parágrafo): **que pode lhe potencializar**
 - e) “permitindo que os alunos explorem questões éticas e sociais” (segundo período do terceiro parágrafo): **permitindo que explorem-nas**

11. Assinale a opção em que a proposta de reescrita do primeiro período do segundo parágrafo do texto é gramaticalmente correta e mantém a coerência do texto.

- a) A filosofia de práxis, enfatiza a relação intrínseca entre teoria e prática, oferece um referencial valioso à reconfiguração do ensino jurídico.
- b) A filosofia de práxis enfatiza a relação intrínseca entre teoria e prática e oferecem um referencial valioso para reconfigurar o ensino jurídico.
- c) A filosofia de práxis enfatiza a relação intrínseca entre teoria e prática, oferecendo um referencial valioso para a reconfiguração do ensino jurídico.
- d) A filosofia de práxis, a qual enfatiza a relação intrínseca entre teoria e prática, oferecem um referencial valioso para a reconfiguração do ensino jurídico.
- e) A filosofia de práxis enfatiza a relação intrínseca entre teoria e prática, ao oferecerem um referencial valioso para a reconfiguração do ensino jurídico

12. A ocorrência da expressão “como”, no quarto período do segundo parágrafo, introduz

- a) oração subordinada adverbial conformativa, indicando adequação aos valores mencionados.
- b) termo explicativo com valor exemplificativo, especificando elementos pertencentes ao conjunto referido anteriormente.
- c) oração subordinada adjetiva restritiva, delimitando o sentido de “valores fundamentais”.
- d) construção comparativa implícita, estabelecendo relação de semelhança entre “valores fundamentais” e “equidade e justiça”.
- e) termo com valor consecutivo, indicando resultado da integração tecnológica no ensino jurídico

13. No último período do texto, encontramos a forma verbal “contribuindo”. Com relação ao valor semântico do gerúndio nesse trecho, assinale a opção correta.

- a) Expressa finalidade explícita, podendo ser substituído por “para contribuir”, sem alteração relevante de sentido ou de estrutura sintática.
- b) Indica simultaneidade temporal estrita entre as ações de permanecer comprometido e contribuir, sem estabelecer relação lógica de decorrência.
- c) Introduz oração com valor concessivo, equivalente a “embora contribua”, sem prejuízo semântico.
- d) Exprime condição implícita, podendo ser substituído por “caso contribua”, preservando-se a coerência do período.
- e) Estabelece relação de consequência ou resultado no encadeamento argumentativo, podendo ser parafraseado por “e, com isso, contribui”

14. Considerando os segmentos nominais retirados do texto, assinale a opção em que o termo destacado exerce função de complemento nominal, e não de adjunto adnominal.

- a) “o advento da Inteligência Artificial” (segundo período do primeiro parágrafo)
- b) “a reconfiguração do ensino jurídico” (primeiro período do segundo parágrafo)
- c) “a ferramenta de eficiência” (terceiro período do segundo parágrafo)
- d) “os profissionais do direito” (terceiro período do terceiro parágrafo)
- e) “os valores fundamentais da prática jurídica” (quarto período do segundo parágrafo)

15. No segundo período do segundo parágrafo, o pronome “Ela” retoma

- a) filosofia de práxis (primeiro período do segundo parágrafo)
- b) relação intrínseca (primeiro período do segundo parágrafo)
- c) teoria (primeiro período do segundo parágrafo)
- d) reconfiguração do ensino jurídico (primeiro período do segundo parágrafo)
- e) justiça social (segundo período do segundo parágrafo)

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

16. Uma lei ordinária passou a exigir certificação profissional para o exercício de determinada atividade econômica. À luz da CF/1988, assinale a opção correta acerca da norma constitucional que assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

- a) Trata-se de norma de eficácia limitada, sem aplicabilidade imediata, pois depende de lei integradora para produzir qualquer efeito.
- b) Trata-se de norma de eficácia contida, com aplicabilidade imediata, admitindo restrição por lei que estabeleça qualificações profissionais.
- c) Trata-se de norma de eficácia plena, com aplicabilidade imediata, sendo vedada a imposição de requisitos por lei infraconstitucional.
- d) Trata-se de norma programática, cuja concretização depende apenas de políticas públicas, sem imposição de dever jurídico ao legislador.
- e) Trata-se de norma de eficácia exaurida, já integralmente cumprida, sem possibilidade de disciplina legislativa sobre o tema.

17. Em debate público, houve colisão entre liberdade de expressão e proteção à honra, e a autoridade aplicadora buscou solução que preservasse, tanto quanto possível, os dois valores. Assinale a opção correta sobre a técnica constitucional adequada.

- a) Deve-se eliminar por completo um dos direitos em conflito, pois a Constituição não admite convivência entre valores colidentes.
- b) Deve-se aplicar automaticamente a censura prévia, como forma de prevenir danos, por ser mecanismo preferencial do sistema constitucional.
- c) Deve-se harmonizar os direitos por ponderação, buscando concordância prática e restrição mínima necessária no caso concreto.
- d) Deve-se atribuir prevalência abstrata e permanente à honra sobre a expressão, por ser direito de natureza pessoal.
- e) Deve-se reconhecer que conflitos entre direitos fundamentais são inapreciáveis pelo Judiciário, por envolverem escolhas políticas.

18. Determinada medida governamental foi justificada com base na finalidade de reduzir desigualdades regionais e promover o bem de todos, sem discriminações. Considerando os elementos estruturantes da Constituição, assinale a opção correta.

- a) Tais finalidades correspondem a objetivos fundamentais da República, e não a fundamentos do Estado brasileiro.
- b) Tais finalidades correspondem a fundamentos da República, e não objetivos fundamentais.
- c) Tais finalidades correspondem a princípios de relações internacionais, pois orientam a atuação externa do Brasil.
- d) Tais finalidades correspondem a cláusulas pétreas explícitas, sendo vedada qualquer política pública que as restrinja ou as complemente.
- e) Tais finalidades correspondem a normas de organização político-administrativa, disciplinando a repartição de competências federativas.

19. Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro e às competências federativas, é correto afirmar que

- a) a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente.
- b) a União detém competência exclusiva para legislar sobre trânsito.
- c) os Municípios podem legislar sobre todas as matérias de direito.
- d) a competência para legislar sobre juntas comerciais é municipal.
- e) a competência privativa da União admite delegação para a Capital.

20. Um ato do poder público, anterior à CF/1988, é apontado como ofensivo a preceito fundamental e ainda produz efeitos atuais. Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinale a opção correta.

- a) A ADPF só é cabível contra leis federais posteriores à CF/1988, sendo vedada para atos pré-constitucionais.
- b) A ADPF pode ser cabível para atos anteriores à CF/1988, desde que presente subsidiariedade e lesão a preceito fundamental.
- c) A ADPF é substitutiva de recurso, podendo ser usada sempre que houver interesse em revisar decisão judicial transitada em julgado.
- d) A ADPF exige demonstração de repercussão geral e só pode ser proposta por qualquer cidadão com legitimidade universal.
- e) A ADPF é instrumento exclusivo para controle de omissões legislativas, destinando-se apenas a compelir o legislador a agir.

21. Sobre o mandado de injunção, assinale a opção correta

- a) É cabível para afastar lei em tese, sempre que houver conflito abstrato com a CF/1988.
- b) Exige, como regra, prova de direito líquido e certo, com rito idêntico ao mandado de segurança.

c) Tem como pressuposto a inexistência de norma regulamentadora que inviabilize o exercício de direito constitucional.

d) Produz, necessariamente, efeitos gerais e vinculantes, com substituição automática do legislador pelo Judiciário.

e) Só pode ser impetrado por pessoa física, sendo vedada a impetração por entes coletivos.

22. Considerando as normas constitucionais sobre o Sistema Financeiro, é correto afirmar que

- a) a lei complementar deve regular as condições para a participação do capital estrangeiro.
- b) a fixação de taxas de juros reais acima de doze por cento ao ano é vedada pela carta.
- c) o Banco Central possui autonomia técnica, mas seus dirigentes são demissíveis *ad nutum*.
- d) a fiscalização das instituições financeiras cabe exclusivamente ao poder legislativo local.
- e) a emissão de moeda é competência concorrente entre a união e os estados membros aqui.

23. A respeito da interpretação constitucional e das mutações constitucionais, assinale a opção correta

- a) Mutações constitucionais são mudanças formais do texto, produzidas exclusivamente por emenda constitucional.
- b) Mutações constitucionais são mudanças informais de sentido, resultantes de interpretação e prática institucional, sem alteração do texto.
- c) Interpretação conforme autoriza o julgador a criar texto normativo novo, ainda que incompatível com a literalidade mínima da lei.
- d) Afastar a incidência de lei por inconstitucionalidade dispensa deliberação do plenário, se a decisão for de turma do tribunal.
- e) A técnica de interpretação conforme só pode ser aplicada em controle difuso, sendo vedada no controle concentrado.

24. Sobre nacionalidade e extradição, assinale a opção correta.

- a) Brasileiro nato pode ser extraditado por crime comum, se houver tratado específico com o Estado requerente.
- b) Brasileiro nato pode ter a nacionalidade cancelada por sentença judicial em razão de atividade nociva ao interesse nacional.
- c) Brasileiro naturalizado jamais pode ser extraditado, pois a Constituição veda extradição de brasileiros sem distinções.
- d) Brasileiro nato perde a nacionalidade automaticamente ao adquirir outra, ainda que por exigência do Estado estrangeiro.
- e) Brasileiro naturalizado pode ser extraditado por crime comum praticado antes da naturalização, e por tráfico ilícito de entorpecentes.

25. A respeito das limitações circunstanciais ao poder de reforma da CF/1988, assinale a opção correta

- a) É vedada emenda constitucional durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
- b) É vedada emenda constitucional apenas durante estado de sítio, sendo possível nos demais casos.
- c) A vedação de emenda depende de provocação do STF, pois não opera automaticamente no processo legislativo.
- d) A vedação alcança apenas emendas que tratem de direitos fundamentais, permitindo outras matérias normalmente.
- e) A vedação alcança leis complementares e ordinárias, pois também são atos de reforma da Constituição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

26. Suponha que um servidor, atuando como fiscal de contratos, analisa um processo de contratação direta para aquisição urgente de um serviço. Acerca das regras e requisitos para esse tipo de contratação, com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta:

- a) No processo de contratação direta, é dispensável a juntada de documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, análise de riscos e termo de referência, quando presente a expressa autorização da autoridade competente.
- b) A estimativa de despesa pode ser dispensada no processo de contratação direta, em razão do diminuto valor envolvido.
- c) A instrução do processo de contratação direta deve conter o parecer jurídico e, se for o caso, pareceres técnicos que demonstrem o atendimento dos requisitos legais.
- d) A lei determina somente a comprovação da habilitação do contratado, sendo desnecessária a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.
- e) Na contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, apenas o agente público responsável responde pelo dano ao erário, sem solidariedade do contratado.

27. Acerca do sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa e dos conceitos previstos na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutela a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social.
- b) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas na Lei de Improbidade, ressalvados tipos previstos em leis especiais.
- c) Considera-se dolo a voluntariedade do agente, ainda que ausente a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade.
- d) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, por si só, caracteriza ato de improbidade administrativa, ainda que não haja comprovação de ato doloso com fim ilícito.
- e) O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutela exclusivamente a integridade do patrimônio público, sem abranger o patrimônio social ou privado.

28. Acerca da delegação do poder de polícia, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) É constitucional a delegação do poder de polícia, inclusive da fase de sanção, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- b) A delegação do poder de polícia pode ocorrer por ato infralegal, porque o poder de polícia não é condicionado ao princípio da legalidade.
- c) É possível a delegação do poder de polícia a entidades privadas que não fazem parte da

Administração Pública, desde que prestem serviço público.

- d) Admite-se a delegação do poder de polícia às empresas estatais exploradoras de atividade econômica, desde que haja capital social majoritariamente público.
- e) A delegação do poder de polícia somente é admitida para a fase de sanção, sendo vedadas as fases de consentimento e de fiscalização.

29. Acerca da convalidação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) A convalidação é uma forma de desfazimento do ato administrativo viciado, pois desfaz o ato e elimina os efeitos já produzidos.
- b) A convalidação gera efeitos retroativos (*ex tunc*), uma vez que corrige o vício do ato desde a sua origem.
- c) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração, ainda que a decisão acarrete lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros, em razão do princípio da segurança jurídica.
- d) A corrente mais adotada defende que são vícios sanáveis apenas os vícios de objeto e de finalidade, não abrangendo competência e forma.
- e) Admite-se a convalidação de competência em razão da matéria.

30. Considerando a criação e extinção das empresas públicas (EP) e sociedades de economia mista (SEM), bem como a instituição de subsidiárias e a participação em empresa privada, assinale a alternativa correta.

- a) As empresas públicas e sociedades de economia mista são criadas diretamente por lei específica, passando a existir com a publicação da lei autorizativa.
- b) A extinção das EP e das SEM exige sempre lei específica, vedada autorização legislativa genérica em programa de desestatização.
- c) O ato constitutivo das EP e SEM, em geral elaborado por decreto, é suficiente para a criação efetiva da entidade, independentemente de registro no órgão competente.
- d) A criação de subsidiárias por entidades da administração indireta depende de autorização legislativa em cada caso, sendo necessária uma lei específica para autorizar cada subsidiária.
- e) A transferência do controle de subsidiárias e controladas não exige autorização legislativa e poderá ser operacionalizada sem processo de licitação pública, desde que garantida a competitividade entre os potenciais interessados e observados os princípios da administração pública.

31. A respeito da acumulação de proventos e remuneração e da acumulação de aposentadorias custeadas pelos regimes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria de servidores efetivos e militares com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) A Constituição Federal veda a acumulação de aposentadoria custeada pelo regime geral de previdência social com a remuneração de cargo público, emprego público ou função pública.

c) A vedação ao acúmulo de proventos e remuneração de cargo público é absoluta, aplicando-se indistintamente a qualquer situação de atividade cumulada com inatividade.

d) A Constituição Federal permite, como regra, a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, sendo vedada apenas a acumulação quando houver cargo eletivo.

e) A vedação de proventos com remuneração alcança também os proventos custeados pelo regime geral de previdência social, nas mesmas condições dos regimes públicos.

32. A respeito das alterações dos contratos regidos pela Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) Os contratos poderão ser alterados por acordo entre as partes, sendo vedada alteração unilateral pela administração.

b) A administração poderá alterar unilateralmente o contrato quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei.

c) Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar quaisquer acréscimos ou supressões determinadas pela administração, desde que sejam mantidas as mesmas condições contratuais.

d) A alteração unilateral poderá transfigurar o objeto da contratação, desde que haja devidas justificativas de interesse público.

e) A substituição da garantia de execução somente pode ocorrer por alteração unilateral da administração.

33. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, conforme entendimentos recentes dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta.

- a) A perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal durante operações policiais e militares é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por não constituir elemento indiciário.
- b) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, basta a ocorrência do dano, ainda que não exista violação de dever jurídico específico de agir.
- c) O Estado responde solidariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
- d) Em caso de inobservância de seu dever específico de proteção previsto na Constituição Federal, o Estado não é responsável pela morte de detento, pois se trata de fato exclusivo de terceiro.
- e) É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes, cabendo a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.

34. Acerca das formas de extinção da concessão de serviço público por encampação e por caducidade, bem como de seus pressupostos e efeitos, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

b) A encampação pressupõe irregularidade na execução do contrato e pode ocorrer para sancionar a concessionária por inexecução total ou parcial.

c) Na caducidade, não haverá indenização à concessionária.

d) A autoridade deve declarar a caducidade imediatamente por decreto, com indenização prévia, sendo dispensável processo administrativo com ampla defesa.

e) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente poderá implicar a caducidade, a depender de juízo discricionário da autoridade.

35. A respeito do controle exercido pelo Poder Legislativo sobre a administração pública, de suas modalidades e de exemplos de competências relacionadas ao controle externo, assinale a alternativa correta.

a) Chama-se controle legislativo o controle interno que o Poder Legislativo realiza sobre os seus próprios atos, no exercício de sua função atípica de administrar.

b) O controle legislativo manifesta-se através do controle político (controle parlamentar direto) e do controle exercido pelo Tribunal de Contas (controle parlamentar indireto ou controle técnico).

c) A sustação de atos normativos que exorbitem do poder regulamentar exige prévia determinação do Tribunal de Contas da União, podendo o Congresso sustar o ato normativo após o não atendimento dessa determinação pela administração pública.

d) As contas do Presidente da República são julgadas pelo Tribunal de Contas, cabendo ao Congresso Nacional a emissão de parecer prévio.

e) As constituições estaduais podem dispor de maneira diversa para atribuir ao Poder Legislativo estadual o julgamento das contas dos responsáveis pelos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e do próprio Poder Legislativo.

DIREITO COMERCIAL*Cadu Carrilho*

36. Sobre a classificação dos créditos na falência (Lei nº 11.101/2005), assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos trabalhistas, independentemente do valor, são pagos com prioridade absoluta e integral sobre quaisquer outros créditos, sem limitação.
- b) Os créditos com garantia real são pagos integralmente antes dos créditos trabalhistas, ainda que o bem dado em garantia não seja suficiente para cobrir o débito.
- c) Os créditos trabalhistas limitam-se a 150 salários-mínimos por credor na classe própria; o excedente é tratado como quirografário.
- d) Os créditos tributários integram a mesma classe dos créditos quirografários, por não possuírem privilégio legal.
- e) As multas administrativas e penais têm preferência sobre os créditos com privilégio especial, por se tratarem de sanções de interesse público.

37. Sobre as regras aplicáveis ao empresário, assinale a alternativa correta.

- a) O empresário deve, obrigatoriamente, averbar no Registro Público de Empresas Mercantis toda e qualquer mudança de residência, sob pena de nulidade dos atos empresariais praticados após a alteração.
- b) A lei assegura às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e favorecido apenas no âmbito tributário, não alcançando obrigações civis e empresariais.
- c) A ausência de registro de mudança de domicílio empresarial impede o ajuizamento de ação pela empresa, por falta de capacidade processual.
- d) O empresário deve inscrever-se no Registro Público de Empresas Mercantis e averbar as modificações ocorridas, e a lei deve assegurar tratamento diferenciado e favorecido ao empresário rural e ao pequeno empresário quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.

e) O tratamento favorecido ao pequeno empresário depende de lei complementar federal específica e não pode ser implementado por normas de direito civil.

38. Uma sociedade limitada pretende realizar operação de reorganização empresarial. Considerando as operações societárias previstas no Código Civil e seus efeitos, assinale a alternativa correta.

- a) A fusão ocorre quando uma sociedade absorve outra, que é extinta, sucedendo a que absorveu em todos os direitos e obrigações.
- b) Na incorporação, duas ou mais sociedades se unem para formar uma nova sociedade, que lhes sucede em direitos e obrigações, extinguindo-se as anteriores.
- c) A cisão é vedada às sociedades limitadas, sendo admitida apenas para sociedades anônimas, por depender de disciplina específica da lei.
- d) A transformação permite que a sociedade mude de tipo societário sem dissolução e sem liquidação, preservando-se a continuidade da pessoa jurídica.
- e) A operação de redução de capital equivale à transformação, pois altera o tipo societário ao modificar o regime de responsabilidade dos sócios.

39. A respeito das sociedades e das regras contidas na legislação, marque a opção correta:

- a) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o registro do contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- b) Não responde o cedente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
- c) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.
- d) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, nunca pode empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído.
- e) É nulo o contrato que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

40. Uma sociedade empresária especializada em financiamento adquire, por solicitação de um cliente, determinado bem móvel (por exemplo, um veículo ou equipamento), mantendo a propriedade do bem. Em seguida, entrega-o ao cliente para uso por prazo determinado, mediante pagamento de contraprestações periódicas. Ao final do prazo, o cliente pode exercer opção de compra do bem por valor previamente estabelecido, renovar o ajuste ou devolver o bem. O contrato descrito corresponde à:

- a) Compra e venda a prazo com reserva de domínio.
- b) Locação de coisas.
- c) Alienação fiduciária em garantia.
- d) Comodato.
- e) Arrendamento mercantil (leasing).

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Com relação aos conflitos de leis no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família
- b) Realizando-se o casamento no Brasil, e tendo os nubentes domicílio diverso, será aplicada a lei brasileira quanto à invalidade matrimonial.
- c) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do domicílio do proprietário.
- d) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- e) A lei do domicílio do último domicílio do *de cujus* regula a capacidade para suceder.

42. Com relação à capacidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) A capacidade de direito é adquirida com o nascimento com vida.
- b) A pessoa com deficiência mental pode ser considerada absoluta ou relativamente incapaz, a depender do grau da deficiência.
- c) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- d) A emancipação pode ser obter pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, sujeito a homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- e) O ingresso do menor em curso superior conduz à emancipação.

43. Com relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer uma delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização
- b) No apreciar a coação, ter-se-ão todas as circunstâncias que possam influir na gravidade dela em relação a um homem médio.
- c) O vício do estado de perigo requer, para sua configuração, o elemento dolo de aproveitamento.
- d) Tanto os credores que já o eram ao tempo dos atos fraudulentos, como os posteriores a esses atos, podem pleitear a anulação deles em fraude contra credores.
- e) É de quatro anos o prazo prescricional para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico.

44. Com relação ao direito pessoal de família, assinale a alternativa correta.

- a) É autorizado o casamento de quem não completou a idade núbil em caso de comprovada gravidez.
- b) Afins em linha colateral não têm impedimento para se casar.
- c) Estão impedidos de se casar o tutor e a pessoa tutelada, enquanto não cessar a tutela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.
- d) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil poderá contrair matrimônio, contanto que não esteja sujeita a curatela.
- e) O casamento nulo, ainda que contraído de boa-fé por ambos os cônjuges, não produz efeitos em relação a estes.

45. Fábio, viúvo, não tinha ascendentes nem descendentes. Ao falecer sem testamento, deixou como parentes Josias (irmão por parte de pai), Andressa (irmã por parte de pai e mãe), Creuza (tia), e André (primo).

Com relação à sucessão hereditária de Fábio, serão herdeiros de Fábio.

- a) Josias, apenas.
- b) Josias e Andressa, em partes iguais.
- c) Josias e Andressa, sendo que Josias herdará metade do que herdar Andressa.
- d) Josias, Andressa e Creuza.
- e) Josias, Andressa, Creuza e André.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

46. No que diz respeito aos princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal e à aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a opção correta:

- a) O princípio da insignificância, por ser causa de exclusão da ilicitude, pode ser aplicado pelo delegado de polícia no momento da lavratura do auto de prisão em flagrante.
- b) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência, conforme entendimento sumulado do STF.
- c) Pelo princípio da ubiquidade, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- d) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência em razão do princípio da retroatividade benéfica.
- e) A analogia *in malam partem* é admitida no Direito Penal brasileiro apenas em casos de lacuna legal que envolva crimes contra a Administração Pública.

47. Sobre o conflito aparente de normas penais e as causas de exclusão da ilicitude, assinale a opção correta:

- a) O princípio da consunção (ou absorção) aplica-se quando uma norma de caráter geral é excluída por uma norma de caráter especial, que descreve a conduta com maior riqueza de detalhes.
- b) O estado de necessidade pressupõe uma agressão injusta, atual ou iminente, a direito próprio ou alheio.
- c) No estrito cumprimento do dever legal, o agente público atua para repelir injusta agressão, utilizando-se moderadamente dos meios necessários.
- d) O Código Penal adota a teoria limitada da culpabilidade, tratando as descriminantes putativas sobre os pressupostos fáticos como erro de tipo permissível.
- e) O consentimento do ofendido é causa supralegal de exclusão da ilicitude, desde que o bem jurídico seja indisponível e o ofendido seja capaz.

48. No que tange aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a opção correta:

- a) Configura o crime de concussão o ato de o funcionário público solicitar, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida em razão da função.
- b) O crime de peculato-culposo admite a extinção da punibilidade se o agente repara o dano após a sentença irrecorrível.
- c) O crime de corrupção passiva consuma-se com a efetiva entrega da vantagem indevida pelo particular ao funcionário público.
- d) A prevaricação ocorre quando o funcionário deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- e) O crime de excesso de exação é uma forma qualificada de corrupção ativa.

49. Com base nas disposições da Lei nº 13.869/2019, assinale a alternativa correta:

- a) Os crimes previstos na referida Lei são de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- b) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- c) Para a configuração do crime de abuso de autoridade, basta o dolo genérico, sendo prescindível a finalidade específica de prejudicar outrem.
- d) A perda do cargo é um efeito automático da sentença penal condenatória por crime de abuso de autoridade.
- e) As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas na lei não incluem a prestação de serviços à comunidade.

50. Sobre os crimes contra a ordem tributária, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF e do STJ:

- a) O crime de descaminho, por ser formal, dispensa a constituição definitiva do crédito tributário para a tipificação da conduta.
- b) Nos crimes materiais contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137/1990), a prescrição começa a correr da data da omissão da declaração.
- c) Conforme a Súmula Vinculante nº 24 do STF, não se tipifica crime material contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo.
- d) O pagamento do débito tributário a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, extingue a punibilidade nos crimes da Lei nº 8.137/1990.
- e) A aplicação do princípio da insignificância nos crimes tributários federais tem como parâmetro o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

DIREITO FINANCEIRO*Leandro Ravyelle*

51. O direito financeiro brasileiro goza, em determinadas matérias, da característica de sistema normativo de votação qualificada, pois se exige, frequentemente, sua regulação por meio de leis complementares. Assinale a opção que apresenta matéria do direito financeiro cujas normas gerais exigem lei complementar.

- a) compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito dos estados e do Distrito Federal.
- b) fiscalização financeira da administração pública direta, ao passo que a fiscalização indireta demanda apenas lei ordinária.
- c) operações de câmbio realizadas pelos entes públicos, à exceção da União, que é regulamentada por atos normativos do Banco Central do Brasil.
- d) organização dos tribunais de contas.
- e) sustentabilidade da dívida, especificando os níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida, bem como o planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida.

52. Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) da União, um senador propôs emenda para incluir a construção de um hospital regional em município de seu estado, com acréscimo de despesa de R\$ 60 milhões. Para viabilizar a inclusão, indicou como fonte de recursos o cancelamento parcial de dotação destinada ao pagamento de juros, encargos e amortizações do serviço da dívida pública (programação do tipo “Encargos Especiais”).

Considerando o cenário e as regras constitucionais de admissibilidade das emendas ao PLOA, assinale a opção cuja assertiva avalia corretamente a admissibilidade da emenda proposta:

- a) A emenda seria admissível se, em vez de anular despesa, propusesse a criação de uma contribuição de melhoria específica para financiar a obra, a ser incluída no texto da própria LOA.
- b) A LRF admite como compensação a elevação de alíquotas, a ampliação da base de cálculo, a majoração ou a criação de tributo ou contribuição, não se restringindo apenas à criação de novo tributo.
- c) A emenda é inadmissível porque as emendas parlamentares individuais só podem destinar recursos para a área da saúde, não sendo permitida a alocação para obras de infraestrutura.
- d) A emenda é admissível, pois as emendas parlamentares podem remanejar livremente as dotações orçamentárias, desde que não ultrapassem o valor total do projeto de lei.
- e) A emenda é inadmissível, pois a fonte de recursos indicada — anulação de despesa que incida sobre o serviço da dívida pública — é expressamente vedada pela Constituição Federal para fins de emendas parlamentares.

53. A doutrina de Direito Financeiro classifica as receitas públicas quanto à origem/procedência em originárias e derivadas, tomando como critério central a existência (ou não) de coercitividade e a relação do Estado com o particular (supremacia x paridade). Acerca dessa classificação, assinale a opção que correlaciona corretamente o tipo de receita com sua definição, classificação e/ou exemplo:

- a) Receita derivada é aquela extraída do patrimônio privado e decorrente do poder coercitivo do Estado, sendo tributos e contribuições seus exemplos mais característicos.
- b) A cobrança de preços públicos (tarifas) por serviços prestados por empresas estatais, como o fornecimento de água, constitui exemplo típico de receita derivada.
- c) Por serem penalidade imposta pelo poder de polícia do Estado, as multas de trânsito são classificadas como receitas originárias.
- d) Receita derivada é aquela que provém da exploração do patrimônio do próprio Estado, como a cobrança de aluguel de imóvel público.
- e) Receita originária é aquela que compõe a maior parte da arrecadação do Estado e, por isso, serve como fonte principal das despesas públicas.

54. O federalismo fiscal brasileiro prevê diversos mecanismos de repartição e transferência de recursos entre os entes da Federação. Alguns decorrem diretamente da Constituição, como os fundos de participação, enquanto outros dependem de acordos ou instrumentos de cooperação entre os entes, especialmente para financiar projetos e políticas públicas específicas.

Nesse contexto, considere a seguinte situação hipotética:

O Estado do Rio Grande do Norte pretende transferir recursos financeiros ao Município de Mossoró para apoiar a implementação de um programa municipal de mobilidade urbana. A transferência não decorre de determinação constitucional ou

legal, mas de um acordo firmado entre os entes federados para execução de uma política pública de interesse comum.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e das normas de Direito Financeiro, assinale a alternativa correta acerca das transferências voluntárias entre entes da Federação.

- a) A LDO federal pode dispensar o ente beneficiário de comprovar o cumprimento das exigências da LRF e a regularidade fiscal, desde que os recursos sejam destinados a políticas públicas prioritárias.
- b) O ente federativo que ultrapassar o limite da despesa total com pessoal poderá receber transferências voluntárias se os recursos forem destinados à realização de obras públicas estruturantes.
- c) A comprovação da regularidade do ente beneficiário para fins de recebimento de transferências voluntárias limita-se à demonstração de que houve prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos da União.
- d) A entrega de recursos correntes por um ente da Federação a outro, a título de cooperação financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal e nem destinada ao SUS, caracteriza transferência voluntária, conforme definição da LRF.
- e) O instrumento de formalização de uma transferência voluntária deve prever contrapartida financeira do ente beneficiário, sendo permitida, inclusive, a contrapartida em bens ou serviços.

55. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) representa um dos principais marcos institucionais do regime fiscal brasileiro, estabelecendo regras de planejamento, transparência e responsabilidade na gestão das contas públicas. Ao longo dos anos, alterações legislativas e regulamentações infralegais ampliaram os instrumentos de transparência fiscal, especialmente por meio do uso de tecnologias digitais e da padronização de relatórios e demonstrativos contábeis.

Considerando as disposições da LRF, bem como as normas complementares de transparência e divulgação das informações fiscais, assinale a opção correta.

- a) Os relatórios fiscais previstos na LRF foram substituídos por demonstrativos simplificados de sustentabilidade fiscal, cuja divulgação é facultativa aos entes federativos.
- b) As diretrizes orçamentárias podem restringir-se à definição de metas fiscais anuais, sendo dispensável a compatibilização com o planejamento governamental de médio prazo.
- c) A transparência da gestão fiscal foi reforçada pela obrigatoriedade de ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, de informações detalhadas sobre execução orçamentária e financeira.
- d) A publicidade das informações fiscais passou a depender de regulamentação própria de cada ente federativo, podendo o acesso aos dados ser condicionado à solicitação formal dos cidadãos.
- e) Os instrumentos de planejamento orçamentário podem ser elaborados de forma autônoma e independente, sem necessidade de compatibilização entre o plano plurianual, a LDO e a LOA.

ECONOMIA

Amanda Aires

56. A Curva de Possibilidades de Produção (CPP) representa combinações máximas de bens que podem ser produzidas por uma economia dado o nível de tecnologia e os recursos disponíveis.

Assinale a alternativa correta.

- a) Um ponto situado fora da Curva de Possibilidades de Produção representa uma combinação produtiva eficiente e plenamente realizável.
- b) Um deslocamento da Curva de Possibilidades de Produção ocorre apenas quando há aumento da população economicamente ativa.
- c) A Curva de Possibilidades de Produção demonstra que não existe custo de oportunidade na economia.
- d) Pontos localizados no interior da Curva de Possibilidades de Produção indicam uso ineficiente dos recursos produtivos.
- e) A Curva de Possibilidades de Produção só pode representar economias que produzem exatamente dois bens.

57. A elasticidade-preço da demanda mede a sensibilidade da quantidade demandada de um bem em relação à variação do seu preço.

Assinale a alternativa correta.

- a) Quando a demanda é perfeitamente elástica, a quantidade demandada não reage a mudanças no preço.
- b) Se a demanda é elástica, uma redução no preço tende a aumentar a receita total do produtor.
- c) A elasticidade-preço da demanda é sempre positiva.
- d) Quando a demanda é unitária, a receita total diminui quando o preço diminui.
- e) A elasticidade-preço da demanda depende apenas do número de produtores existentes no mercado.

58. Em um mercado monopolista, uma única empresa é responsável pela oferta de determinado bem ou serviço.

Assinale a alternativa correta.

- a) O monopolista enfrenta uma curva de demanda perfeitamente elástica.
- b) Em monopólio, o preço é determinado exclusivamente pelos custos de produção.
- c) No monopólio, a receita marginal é menor que o preço do produto.
- d) O monopolista produz sempre a mesma quantidade que ocorreria em concorrência perfeita.
- e) No monopólio, não existe peso morto na economia.

59. O balanço de pagamentos registra as transações econômicas entre residentes de um país e o resto do mundo.

Assinale a alternativa correta.

- a) A balança comercial registra apenas transações financeiras entre países.
- b) A conta de transações correntes inclui a balança comercial, a balança de serviços e rendas e as transferências unilaterais.
- c) As reservas internacionais pertencem ao setor privado e não integram o balanço de pagamentos.
- d) A balança financeira registra exclusivamente o comércio de bens.
- e) O balanço de pagamentos não inclui operações de investimento estrangeiro.

60. A teoria das finanças públicas identifica diferentes funções econômicas exercidas pelo Estado.

Assinale a alternativa correta.

- a) A função alocativa refere-se à redistribuição de renda entre os indivíduos.
- b) A função distributiva busca reduzir desigualdades na distribuição de renda e riqueza.
- c) A função estabilizadora consiste exclusivamente na regulação do comércio internacional.
- d) A função distributiva tem como objetivo principal aumentar a arrecadação tributária.
- e) A função alocativa elimina completamente a existência de falhas de mercado.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

61. Segundo o CPC 00(R2) o reconhecimento de receita ocorre ao mesmo tempo que:

- a) O reconhecimento inicial do passivo, ou aumento no valor contábil do passivo;
- b) O desreconhecimento do ativo, ou diminuição no valor contábil do ativo;
- c) O reconhecimento inicial do ativo, ou diminuição no valor contábil do ativo;
- d) O reconhecimento inicial do ativo e o desreconhecimento do passivo;
- e) O desreconhecimento do ativo, ou aumento do valor contábil do ativo.

62. A empresa Macaíba Ltda. apura seus resultados mês a mês pelo regime de competência. Para a apuração do resultado do mês de outubro/2025, o contador da empresa considerou as seguintes informações:

FATOS	VALORES
Despesa de outubro, paga em novembro	520,00
Receita de outubro, recebida em novembro	450,00
Despesa de novembro, paga em outubro	420,00
Receita de em novembro, recebida em outubro	730,00
Despesa de outubro, paga em outubro	400,00
Receita de outubro, recebida em outubro	650,00

O resultado obtido pela empresa Macaíba de acordo com o regime de competência, foi de

- a) prejuízo de 980.
- b) prejuízo de 1080.
- c) lucro de 180.
- d) prejuízo de 1390.
- e) lucro de 1.390.

63. A empresa Apodi Ltda contratou, em 01/01/2025, um seguro no valor total de R\$ 20.000 para vigência de 24 meses a partir dessa mesma data. O pagamento foi efetuado da seguinte forma: 30% à vista e o restante em quatro parcelas iguais mensais e consecutivas. Considerando que a empresa pagou os 30% no ato da contratação, o lançamento contábil a ser realizado em 01/01/2025 é:

- a) Débito – Despesas com seguro (Resultado) R\$ 20.000; Crédito – Caixa (Ativo Circulante) R\$ 6.000; Crédito – Seguros a pagar (Passivo Circulante) R\$ 14.000.
- b) Débito – Prêmios de seguros a apropriar (Ativo Circulante) R\$ 20.000; Débito – Despesas com seguro (Resultado) R\$ 4.000; Crédito – Caixa (Ativo Circulante) R\$ 6.000; Crédito – Seguros a pagar

(Passivo Circulante) R\$ 14.000.

- c) Débito – Prêmios de seguros a apropriar (Ativo Circulante) R\$ 20.000; Crédito – Caixa (Ativo Circulante) R\$ 6.000; Crédito – Seguros a pagar (Passivo Circulante) R\$ 14.000.
- d) Débito – Prêmios de seguros a apropriar (Ativo Circulante) R\$ 20.000; Crédito – Seguros a pagar (Passivo Circulante) R\$ 20.000.
- e) Débito – Prêmios de seguros a apropriar (Ativo Circulante) R\$ 4.000; Crédito – Caixa (Ativo Circulante) R\$ 4.000.

64. Uma empresa vendeu determinado ativo nos mercados ativos de Natal e Mossoró, mas nenhum desses mercados é o principal. Na data da mensuração desse ativo, os valores relacionados às transações de venda eram os seguintes.

	Natal	Mossoró
Preço de Venda	160	140
Custos de Transação	40	20
Custo de Transporte	20	16

Nessa situação, o referido ativo será avaliado a valor justo por

- a) 100
- b) 104
- c) 120
- d) 124
- e) 140

65. Um contador, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa Paramirim S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 1000.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela Paramirim S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram cinco cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

Cenário	Desembolso	Probabilidade
1	1.000.000	30%
2	800.000	25%
3	600.000	20%
4	500.000	15%
5	400.000	10%

Nesse caso, a empresa Paramirim S.A. deverá reconhecer uma provisão de

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 735.000.
- c) R\$ 800.000.
- d) R\$ 1.000.000.
- e) R\$ 1.500.000.

66. Uma empresa adquiriu uma máquina e registrou na contabilidade os seguintes dispêndios:

- Preço de aquisição: R\$ 300.000,00;
- Imposto de importação: R\$ 10.000,00 (não recuperável);
- Preparação do local: R\$ 20.000,00;
- Custo com materiais consumido na realização de testes de funcionamento: R\$ 30.000,00;
- Honorários dos técnicos que realizaram os testes: R\$ 80.000,00;
- Gasto com treinamento do pessoal para utilizar a máquina: R\$ 20.000,00;

Gastos com transferência para outro local 10.000,00

- Vida útil estimada: 10 anos;
- Valor residual: R\$ 500.000,00.

De acordo com a NBC TG 27 - ATIVO IMOBILIZADO, o custo da máquina, ou seja, o valor contábil de registro inicial desse imobilizado, será de

- a) R\$ 320.000,00.
- b) R\$ 350.000,00.
- c) R\$ 410.000,00.
- d) R\$ 440.000,00.
- e) R\$ 470.000,00

67. A empresa Tiradentes adquiriu, em 31/12/2023, uma máquina no valor de R\$ 130.000,00 a prazo, sendo esse valor registrado no seu ativo imobilizado. Na data da aquisição, o bem foi colocado em uso e a empresa estimou que a vida útil será de 10 anos e o seu valor residual de R\$ 30.000,00. Sabendo-se que a empresa utiliza o método linear para o cálculo da depreciação. Com base nessas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2025 foi, em reais,

- a) 130.000,00.
- b) 120.000,00.
- c) 110.000,00.
- d) 100.000,00.
- e) 90.000,00.

68. A Coruja Concursos Ltda., adquiriu, em 01 de janeiro de 2026, a licença de um software para uso nas aulas, tanto presenciais quanto remotas. A licença custou R\$ 400.000,00 e, para instalar o software em operação, a Coruja Concursos Ltda. desembolsou o montante de R\$ 40.000,00. O software ficou apto para uso no dia 02 de janeiro. No contrato de compra e venda consta o prazo de 60 meses para uso da licença pela Futurista Ltda. Também, o contrato prevê desconto de 10% para pagamento dentro do mesmo mês e 20% para pagamento à vista, no ato da negociação. A Coruja Concursos Ltda. optou pelo pagamento à vista. No final do mês de janeiro de 2026, a contabilidade tem registrado

- a) intangível de R\$ 360.000,00 e depreciação de acumulada R\$ 6.000,00.
- b) intangível de R\$ 360.000,00 e acumulada amortização de R\$ 6.000,00.
- c) intangível de R\$ 220.000,00 e amortização acumulada de R\$ 7132,00.
- d) intangível de R\$ 220.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 7.132,00.
- e) intangível de R\$ 200.000,00 e amortização acumulada de R\$ 6.666,00.

69. Em 30/04/2025, uma empresa adquiriu mercadorias para revenda por R\$ 30.000. O frete para a entrega foi de R\$ 2.000, o seguro para o transporte de R\$ 1.000 e os gastos com atividades promocionais de R\$ 2.500. Ainda, o supermercado incorreu em gastos administrativos de R\$ 1.500.

Na data, a empresa reconheceu, estoques de:

- a) R\$ 31.00.
- b) R\$ 32.000.
- c) R\$ 33.000.
- d) R\$ 35.500.
- e) R\$ 37.000.

70. A Cia. ABC S.A. decidiu expandir suas atividades operacionais, para tanto optou, entre as várias formas de financiamento disponíveis, pela emissão de 100.000 debêntures a R\$ 6,00 cada. A data da captação foi 03/01/2026. O prazo definido para as debêntures é de 5 anos e juros simples com taxa anual de 7%. Houve custo para a captação dos recursos no valor de R\$ 10.000,00, pagos na data da transação. Ficou estipulado o valor de R\$ 50.000,00 de prêmios na emissão das debêntures da Cia. No dia 03/01/2026, após a contabilização desses fatos, pode-se dizer que foi gerado(a) um(a)

- a) passivo de R\$ 600.000,00.
- b) passivo de R\$ 640.000,00.
- c) ativo de R\$ 650.000,00.
- d) despesa financeira de R\$ 50.000,00.
- e) despesa financeira de R\$ 40.000,00.

71. Suponha-se que uma indústria de máquinas e equipamentos efetue, no dia 30 de maio de certo ano, a venda de um equipamento ao valor de R\$ 580 mil, a ser recebido 30 meses após a data da venda. Suponha-se, ainda, que, no valor de venda, haja juros implícitos de 0,5% ao mês. Nessa situação hipotética, sabendo-se que $1,005^{30}$ é aproximadamente igual a 1,16, o valor presente a ser reconhecido como receita de venda é

- a) inferior a R\$ 300 mil.
- b) superior ou igual a R\$ 300 mil e inferior a R\$ 400 mil.
- c) superior ou igual a R\$ 400 mil e inferior a R\$ 500 mil.
- d) superior ou igual a R\$ 500 mil e inferior a R\$ 550 mil.
- e) superior ou igual a R\$ 550 mil.

72. A Empresa Mossoró S/A., ao final de certo exercício social, dispunha das seguintes informações para realizar o teste de recuperabilidade de determinado ativo imobilizado.

As informações a seguir estão relacionadas a determinado ativo imobilizado de uma companhia aberta,

- valor justo: R\$ 610.000
- valor contábil: R\$ 600.000
- valor em uso: R\$ 605.000
- valor residual: R\$ 50.000
- despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo imobilizado: R\$ 20.000

Com base nos dados hipotéticos apresentados, é correto afirmar que o valor da perda por desvalorização do ativo em apreço é

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 5.000.
- c) R\$ 20.000.
- d) R\$ 25.000.
- e) R\$ 35.000.

73. A Cia. SS S.A., durante o ano de 2025, obteve lucro de R\$ 600.000,00, dos quais distribuiu dividendos de R\$ 200.000,00, entre outros, para a Cia. S2 S.A., para a qual vendeu 30% de seu capital social em 2024. Considerando-se essas informações e sabendo que o investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, pode-se afirmar que a Cia. SS S.A., em 31/12/2025,

- a) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 60.000,00.
- b) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 120.000,00.
- c) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 180.000,00.
- d) reconheceu aumento da participação societária em R\$ 180.000,00.
- e) teve seu Patrimônio Líquido aumentado em R\$ 60.000,00.

74. Determinada sociedade anônima adquiriu 80% das ações de uma companhia por \$ 10 milhões. Os dados patrimoniais (em \$ milhões) da companhia são mostrados a seguir. A alíquota de imposto de renda sobre contribuição social sobre o lucro líquido (IR/CSLL) vigente é de 34%.

	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO
ATIVOS TOTAIS	15.000,00	20.000,00
PASSIVOS TOTAIS	10.000,00	10.000,00

Nessas condições, o goodwill apurado pela referida sociedade anônima na combinação de negócios é um valor:

- a) inferior a \$ 1,0 milhão.
- b) superior a \$ 1,0 milhão e inferior a \$ 2,0 milhão.
- c) superior a \$ 2,0 milhão e inferior a \$ 3,0 milhão.
- d) superior a \$ 3,0 milhão e inferior a \$ 4,0 milhões.
- e) superior a \$ 4 milhões.

75. A Cia. Potiguar reconheceu, durante o ano de 2025, vendas brutas no valor total de R\$ 5.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendas R\$ 850.000,00
- Abatimentos sobre vendas R\$ 320.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadas R\$ 500.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadas R\$ 50.000,00
- Impostos sobre vendas R\$ 1000.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa R\$ 180.000,00
- Recuperação de créditos com cliente R\$ 30.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 1.800.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. Potiguar, no ano de 2025, foram, respectivamente, em reais,

- a) 2.720.000,00 e 960.000,00.
- b) 2.830.000,00 e 1.030.000,00.
- c) 2.720.000,00 e 1.320.000,00.
- d) 2.830.000,00 e 1.260.000,00.
- e) 2.830.000,00 e 1.110.000,00.

76. O prejuízo do exercício, de acordo com a Lei nº 6.404/76, deve ser absorvido na seguinte ordem:

- a) reserva legal, reservas de lucros e lucros acumulados.
- b) reserva legal, reservas de lucros e reserva de capital.
- c) capital social, reservas de capital e reserva legal.
- d) lucros acumulados, reserva legal e reservas de lucros.
- e) lucros acumulados, reservas de lucros e reserva legal.

77. A empresa Pipa S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2024, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 150.000,00. Durante o ano de 2025, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de Capital em dinheiro R\$ 60.000,00
- Incorporação de Reservas ao Capital R\$ 10.000,00
- Lucro Líquido do Período R\$ 200.000,00
- Destinação do lucro para reserva legal R\$ 5.000,00
- Destinação do lucro para reserva para contingência R\$ 15.000,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios R\$ 20.000,00
- Aquisição de ações da própria companhia R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa Pipa S.A. em 31 de dezembro de 2025 foi de:

- a) R\$ 385.000,00.
- b) R\$ 395.000,00.
- c) R\$ 395.000,00.
- d) R\$ 400.000,00.
- e) R\$ 450.000,00.

78. A Cia. Mossoró S/A detém 60% do capital total da Cia Natal. As companhias apresentaram os seguintes balanços patrimoniais, encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Ativo	Cia. Mossoró	Cia Natal
Caixa	40.000,00	28.000,00
Banco	80.000,00	52.000,00
Títulos a receber	75.000,00	24.000,00
Ações da Cia. Rosa	40.000,00	
Imobilizado	90.000,00	31.000,00
Total	325.000,00	135.000,00
Duplicatas a pagar	98.000,00	48.000,00
Dívidas trabalhistas	32.000,00	19.000,00
Empréstimo	28.000,00	18.000,00
Capital	95.000,00	40.000,00
Reservas	72.000,00	10.000,00
Total	325.000,00	135.000,00

Após a consolidação do balanço patrimonial das duas companhias, pode-se afirmar que o valor do patrimônio líquido consolidado, em reais, é de

- a) 187.000,00
- b) 197.000,00.
- c) 207.000,00.
- d) 217.000,00.
- e) 220.000,00.

79. Em determinado exercício social, uma empresa distribuiu dividendos de R\$ 60 milhões sobre seu lucro líquido e, nesse mesmo período, foram verificadas as seguintes modificações em saldos patrimoniais:

- diminuição de R\$ 25 milhões em contas a receber;
- aumento de R\$ 38 milhões em estoques;
- aumento de R\$ 250 milhões no imobilizado;
- aumento de R\$ 120 milhões em depreciações acumuladas;
- aumento de R\$ 50 milhões em fornecedores a pagar;
- aumento de R\$ 5 milhões em salários e encargos a pagar;
- aumento de R\$ 8 milhões em impostos e contribuições a recolher;
- aumento de R\$ 2 milhões em debêntures a resgatar no curto prazo;
- redução de R\$ 32 milhões em financiamentos de longo prazo a pagar;
- redução de R\$ 6 milhões em impostos parcelados a vencer;
- aumento de R\$ 5 milhões no capital social;
- aumento de R\$ 40 milhões nas reservas de lucros.

Nessa situação hipotética, o caixa gerado nas atividades operacionais foi

- a) inferior a R\$ 10 milhões.
- b) superior a R\$ 10 milhões e inferior a R\$ 100 milhões.
- b) superior a R\$ 100 milhões e inferior a R\$ 150 milhões.
- c) superior a R\$ 150 milhões e inferior a R\$ 250 milhões.
- d) superior a R\$ 250 milhões.

80. A Cia. Caicó, em 31/12/2025, extraiu, a partir de seus sistemas contábeis, as seguintes informações:

Contas	Saldo (em R\$)
Custo dos produtos vendidos	6.000.000
Despesa de depreciação	200.000
Despesas de aluguéis	210.000
Despesas financeiras	120.000
Despesas de equivalência patrimonial	110.000
Dividendos distribuídos	150.000
Mão de obra e encargos trabalhistas	1.500.000
Materiais adquiridos de terceiros	100.000
Receita bruta	10.000.000
Receitas financeiras	550.000
Receitas de aluguel	200.000
Receitas de dividendos	120.000
Serviços de terceiros	700.000

Tendo em vista as informações apresentadas e o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) –, assinale a alternativa que indica o Valor Adicionado Recebido em Transferência referente ao exercício de 31/12/2025.

- a) R\$ 900.000
- b) R\$ 810.000
- c) R\$ 760.000
- d) R\$ 400.000
- e) R\$ 300.000

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES**HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE***Marco Túlio*

81. A respeito da atuação da Provedoria da Fazenda Real na Capitania do Rio Grande, durante o período colonial, é correto afirmar que:

- a) nos primeiros anos de existência do órgão, a cobrança do dízimo era realizada somente sobre a pecuária, única atividade econômica passível de tributação na década de 1660.
- b) o escrivão era responsável pela fiscalização e cobrança dos direitos régios aos contratadores, conforme seus contratos de arrendamento.
- c) possuía uma variedade maior de tributos que o Senado da Câmara de Natal, cuja cobrança era voltada às manufaturas e ao comércio.
- d) sua atuação envolveu a organização do espaço fazendário em circunscrições conhecidas como ribeiras, que também eram utilizados para administração militar.
- e) os autos de arrematação foram um método de arrecadação de impostos que atendia aos interesses da Coroa, mas que não oferecia margem de ganho aos contratadores

82. Com relação à Capitania do Rio Grande e o sistema de capitanias hereditárias no início do século XVI, assinale a opção correta.

- a) A carta de foral, recebida por todos os donatários, justifica a doação das capitanias e situa seus limites geográficos, bem como os direitos e os deveres dos donatários.
- b) Seu primeiro donatário foi João de Barros, que financiou expedições colonizadoras que impulsionaram a exploração colonial a partir da introdução da empresa açucareira.
- c) Ainda na década de 1560, a lavoura canavieira foi introduzida na região a partir da formalização de contratos de arrendamento autorizados por João de Barros.
- d) A resistência indígena impediu a ocupação e a exploração econômica da Terra dos Potiguaras, que foi imediatamente retomada pela Coroa portuguesa.
- e) Diante das malsucedidas tentativas de iniciar a ocupação, o Rio Grande foi transformado em uma capitania régia, ou seja, pertencente ao rei.

83. A respeito da atuação da Câmara Municipal de Natal no período colonial, é correto afirmar que:

- a) era responsável pela arrecadação dos dízimos cobrados sobre a produção de açúcar e a criação de gado na Capitania do Rio Grande.
- b) sua composição era determinada pelos chamados homens bons da colônia, nome dado aos indivíduos alfabetizados da região.
- c) seus cargos principais eram escolhidos pelo sistema de pelouros, ou seja, a partir da eleição direta.
- d) um dos cargos nomeados pelo órgão era o de registrador de gado, responsável pela cobrança do imposto pago por pecuaristas quando o gado era comercializado em outras capitanias.
- e) fiscalizavam diversas atividades do cotidiano colonial por meio das chamadas posturas municipais, que eram criadas e emitidas pelo capitão-mor do Rio Grande

84. A partir da segunda metade do século XVII, a conquista colonial dos sertões estimulou o acirramento dos conflitos com povos indígenas que habitavam esse espaço. Acerca desse processo, é correto afirmar que:

- a) foi denominado pelas autoridades régias de Guerra dos Bárbaros, em referência à resistência dos grupos indígenas conhecidos à época como tapuias.
 - b) decorreu do desenvolvimento da pecuária em direção ao interior, que passou a se basear exclusivamente na mão de obra de indígenas capturados nas guerras.
 - c) permaneceu restrito ao interior do atual Rio Grande do Norte, em razão das dificuldades encontradas pelas autoridades coloniais em estimular sua ocupação.
 - d) foi desestimulada pelo Estado português, pois o trato dos povos indígenas e sua assimilação à ordem colonial eram garantidas aos missionários religiosos.
 - e) a relutância das lideranças indígenas em estabelecer acordos de paz com as autoridades inviabilizou a ocupação dos sertões durante o período colonial.
-

85. Considerando a relação entre seca, assistência pública e a questão sanitária na província do Rio Grande do Norte no final do século XIX, assinale a alternativa correta.

- a) A instrumentalização do oferecimento dos socorros públicos por autoridades locais provocou insurreições e revoltas populares em cidades como Mossoró, Areia Branca e Macau.
- b) A assistência provincial priorizou a distribuição de alimentos no interior, o que desestimulou a migração das populações atingidas pela seca.
- c) Os socorros públicos foram concedidos de forma irrestrita aos retirantes, independentemente de sua condição física ou da participação em atividades organizadas pelo poder provincial.
- d) Em observância às condições de acesso aos socorros públicos previstas pela Constituição de 1824, parte da mão de obra de retirantes foi aproveitada em obras públicas urbanas em Natal.
- e) O envio de gêneros alimentícios priorizou produtos perecíveis produzidos localmente, favorecendo o abastecimento imediato das populações

86. Sobre o histórico de mobilização dos trabalhadores da extração de sal no Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) As primeiras mobilizações salineiras ocorreram a partir da mecanização da produção, quando a redução do número de trabalhadores gerou desemprego em massa nas salinas potiguares.
- b) A atuação das associações salineiras concentrou-se na ampliação modernização técnica das salinas, priorizando a negociação com o empresariado local como principal forma de reivindicação.
- c) As greves organizadas buscavam alterar os períodos de colheita do sal, defendendo calendários produtivos mais adaptados às estações chuvosas e às secas do litoral potiguar.
- d) As mobilizações dos salineiros incluíram greves, associações operárias e atuação sindical clandestina, com reivindicações por aumento

salarial, melhores condições de trabalho e enfrentamento da repressão policial.

- e) O reconhecimento sindical dos trabalhadores salineiros consolidou-se a partir de uma relação estável com o poder público, reduzindo conflitos e substituindo formas anteriores de protesto coletivo

87. Sobre o movimento abolicionista no Rio Grande do Norte, ao final do século XIX, assinale a alternativa correta.

- a) A Sociedade Libertadora Mossoroense concentrou-se na obtenção de alforrias em outras estratégias legais, enquanto o Clube dos Spartacus conduziu fugas, escoltas e outras ações diretas contra escravidão.
- b) O movimento abolicionista mossoroense limitou-se à atuação de intelectuais e jornalistas, sem participação de libertos ou ex-escravizados nas ações concretas de emancipação.
- c) A libertação dos escravizados em Mossoró ocorreu por determinação direta do governo local, sem interferência de organizações locais.
- d) O pioneirismo abolicionista mossoroense resultou principalmente da elevada concentração de mão de obra escravizada na economia pecuarista do oeste potiguar.
- e) O processo abolicionista na província foi iniciado em Natal, onde se concentrou a principal articulação política contra a escravidão

88. Sobre o Motim das Mulheres ocorrido em Mossoró, em agosto de 1875, assinale a alternativa correta.

- a) O movimento foi liderado por mulheres pobres que buscavam denunciar a elevação dos preços dos alimentos, o desemprego e a fome que assolavam a população.
- b) A mobilização das mulheres foi convocada por políticos homens que faziam oposição às autoridades vigentes, com o intuito de desestabilizá-las.
- c) O protesto teve como principal objetivo exigir a participação feminina nas decisões administrativas da Câmara Municipal de Mossoró, a partir do reconhecimento do direito ao voto.
- d) O movimento reuniu centenas de mulheres nas ruas da cidade, que protestaram contra a obrigatoriedade do alistamento militar estabelecido pelo governo central.
- e) A manifestação teve caráter isolado, não havendo registros de protestos semelhantes em outras localidades da província

89. Sobre a origem histórica e as características iniciais do jornal *O Mossoroense*, assinale a alternativa correta.

- a) O jornal nasceu em contexto de forte disputa política local, assumindo orientação liberal, linguagem combativa e crítica aberta aos conservadores e ao clero.
- b) Sua fundação ocorreu como iniciativa empresarial voltada prioritariamente ao comércio regional, mantendo neutralidade diante dos conflitos partidários locais.
- c) Desde os primeiros números, o periódico adotou perfil exclusivamente informativo, evitando editoriais políticos e ataques a adversários religiosos.
- d) A primeira fase do jornal foi marcada pela defesa do centralismo imperial e pela aproximação editorial com grupos conservadores mossoroenses.

e) Sua circulação inicial esteve ligada à difusão de atos administrativos provinciais, funcionando como órgão oficial subordinado ao governo local

90. Sobre o processo político que levou ao fim do governo de Juvenal Lamartine no Rio Grande do Norte em 1930 e os impasses surgidos após a vitória revolucionária, assinale a alternativa correta.

- a) Apesar da reduzida votação obtida pela Aliança Liberal no estado, a deposição de Juvenal Lamartine ocorreu rapidamente, abrindo disputa entre cafeístas, liberais e militares pelo governo provisório.
- b) A forte organização popular da Aliança Liberal no interior potiguar garantiu ampla mobilização armada local, permitindo que Café Filho assumisse imediatamente o governo sem resistência militar.
- c) A liderança de Luís Carlos Prestes no estado foi decisiva para articular a adesão dos sindicatos urbanos ao movimento revolucionário e consolidar uma frente operária regional.
- d) A vitória eleitoral de Vargas no Rio Grande do Norte enfraqueceu o governo estadual antes de outubro, facilitando a renúncia negociada de Juvenal Lamartine.
- e) A permanência de Juvenal Lamartine no poder após outubro foi assegurada por acordo firmado entre militares nordestinos e lideranças locais conservadoras

ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE*Priscila Lima*

91. A fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte organiza-se em polos produtivos bem definidos, combinando condições naturais do semiárido, manejo hídrico e logística para abastecimento do mercado interno e, em alguns casos, exportação. Entre as culturas mais emblemáticas, destacam-se melão, melancia, manga e mamão ("4 Ms"), cujos

Considerando a realidade dessa produção, assinale a alternativa correta.

- a) O polo do melão concentra-se sobretudo no Vale do Açu, com liderança de Ipanguaçu; por ser cultivo majoritariamente familiar (acima de 70%), sua inserção no mercado externo é residual.
- b) A melancia tem maior valor econômico no estado e concentra-se principalmente em Baraúna, enquanto o mamão se destaca em Mossoró por ser a principal cultura não familiar do conjunto dos "4 Ms".
- c) O melão é fortemente dominado por produtores não familiares, com liderança municipal de Mossoró e alta concentração também em Baraúna e Apodi, já a manga tem seu maior produtor em Ipanguaçu (área do Vale do Açu).
- d) Entre os "4 Ms", a manga é a cultura mais volumosa do RN, concentrando mais de 140 mil toneladas, e apresenta maioria familiar; já o melão tem grande participação familiar e está distribuído de modo homogêneo pelo interior do estado.
- e) A produção do mamão no RN é predominante em propriedades familiares, com principal município produtor em Apodi; já o melão se concentra no litoral oriental e tem maior produtor em Natal, devido à logística portuária e ao mercado turístico.

92. A carcinicultura no Rio Grande do Norte combina forte relevância econômica com alta concentração territorial e rígida condicionante ambiental. Em 2024, a produção brasileira de camarão cultivado atingiu recorde, concentrando-se quase integralmente no Nordeste, com participação expressiva do RN. Ao mesmo tempo, a atividade depende de licenciamento ambiental, regras específicas para a zona costeira e regularização do uso da água, além de políticas recentes que buscam ampliar a atividade para além do litoral.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) Em 2024, o RN foi responsável por mais da metade da produção nacional de camarão cultivado, com distribuição municipal homogênea; por isso, a atividade tende a prescindir de políticas de interiorização.
- b) A força da carcinicultura potiguar resulta sobretudo da presença de manguezais, que oferecem condições ideais e, por isso, são áreas preferenciais para implantação de viveiros, não havendo vedação ambiental específica para esse tipo de ecossistema.
- c) A carcinicultura no RN é pouco concentrada territorialmente e depende de pequenas unidades dispersas; por isso, a participação municipal na produção nacional raramente ultrapassa 1%, não se observando polos dominantes.
- a) d) A atividade é historicamente associada a ambientes costeiros/estuarinos, mas há política recente voltada à interiorização com incentivos regulatórios. O destaque para é a cidade de Pendências como polo municipal de grande participação no total nacional
- d) A produção potiguar é majoritariamente extraída da pesca artesanal oceânica, e não de cultivo; por isso, as normas ambientais ligadas a licenciamento, uso da água e efluentes são secundárias para o desempenho do setor.

93. Considerando a localização e o contexto territorial do Projeto Borborema, assinale a alternativa correta.

- a) O Projeto Borborema localiza-se no litoral setentrional do estado, próximo às áreas salineiras de Macau e Areia Branca, aproveitando a infraestrutura portuária existente para escoamento do ouro extraído.
- b) O Projeto Borborema está situado na região do Seridó, em área associada a formações geológicas antigas do embasamento cristalino, com tradição mineradora em municípios como Currais Novos e entorno.
- c) O Projeto Borborema encontra-se no Vale do Açu, em zona predominantemente sedimentar, compartilhando espaço com polos irrigados de fruticultura e produção de energia eólica.
- d) O Projeto Borborema foi implantado na Região Metropolitana de Natal, aproveitando a proximidade com centros urbanos e industriais para reduzir custos logísticos e ambientais da atividade aurífera.
- e) O Projeto Borborema desenvolve-se na faixa litorânea oriental, em área caracterizada por tabuleiros costeiros e solos arenosos, com ocorrência dominante de minerais não metálicos.

94. Considerando a organização espacial e produtiva da atividade salineira potiguar, assinale a alternativa correta.

- a) A produção salineira potiguar concentra-se no litoral oriental úmido, em áreas próximas à capital, onde a elevada pluviosidade favorece a concentração da salmoura e amplia a produtividade anual das salinas.
- b) O domínio do RN na produção nacional decorre da mecanização recente e da presença de refinarias químicas no interior do estado, sendo a produção distribuída de forma homogênea por diferentes regiões.
- c) A extração de sal no RN está associada ao litoral setentrional, especialmente no eixo Mossoró–

Macau–Areia Branca, onde clima seco, ventos e planícies estuarinas favorecem a evaporação solar em grande escala.

- d) A cadeia produtiva do sal potiguar depende majoritariamente de processos térmicos industriais e de dessalinização artificial, sendo pouco influenciada por fatores climáticos ou ambientais locais.
- e) A liderança do RN na produção de sal resulta principalmente da proximidade com mercados consumidores do Sudeste, enquanto os fatores naturais têm importância secundária na definição do polo produtivo.

95. Assinale a alternativa correta sobre a produção de petróleo e gás natural no Rio Grande do Norte, considerando a diferença entre exploração onshore e offshore, além da localização dos principais campos e áreas produtoras.

- a) A produção potiguar é majoritariamente offshore e se concentra no litoral oriental; os campos principais ficam no entorno de Natal, e a exploração terrestre tem papel secundário.
- b) Em terra, destacam-se áreas ligadas a Mossoró e municípios do litoral norte, com campos onshore como Canto do Amaro e Estreito; no mar, aparecem campos como Ubarana e Pescada.
- c) A extração concentra-se no Seridó mineral, em municípios como Currais Novos e Parelhas; por isso, os campos petrolíferos se associam ao embasamento cristalino.
- d) Predominam campos offshore profundos e plataformas distantes da costa; por essa razão, Guamaré e Macau não têm centralidade na dinâmica produtiva estadual.
- e) A produção é principalmente onshore, mas o núcleo produtor está no Vale do Açu; Mossoró tem participação reduzida e papel apenas logístico.

96. Com base nos dados de produção de petróleo e gás natural por campo no Rio Grande do Norte em 2025, analise comparativamente os volumes produzidos e identifique o campo que apresenta maior produção de gás natural, mesmo não sendo o maior produtor de petróleo.

- a) O campo de Canto do Amaro lidera simultaneamente a produção de petróleo e de gás natural, apresentando os maiores valores nas duas variáveis.
- b) O campo de Loro apresenta produção de petróleo inferior à de Estreito, mas registra a maior produção de gás natural entre os campos listados.
- c) Guamaré destaca-se como maior produtor de gás natural, embora sua produção de petróleo esteja entre as menores do conjunto.
- d) Estreito e Salina Cristal apresentam produção de gás natural superior à de Loro, apesar de produzirem menos petróleo que esse campo.
- e) Macau e Brejinho possuem produção de petróleo superior à de Livramento, mas registram volumes de gás natural inferiores aos de Sabiá Bico-de-Osso.

97. O Rio Grande do Norte apresenta um importante papel estratégico tanto na matriz elétrica quanto na produção primária de energia. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A geração de eletricidade no estado é majoritariamente termelétrica a gás natural, enquanto a produção de petróleo possui participação apenas residual na economia estadual.
- b) A matriz elétrica estadual apresenta elevada participação de fontes renováveis, especialmente eólica e solar, enquanto a extração de petróleo ocorre predominantemente em terra, na porção norte do estado.
- c) A produção de petróleo e gás natural concentra-se na Região Metropolitana de Natal, ao passo que a geração elétrica renovável se limita a pequenas usinas isoladas no interior.

d) A extração de combustíveis fósseis no estado é predominantemente offshore profundo, e a geração elétrica depende majoritariamente de hidrelétricas instaladas em rios perenes locais.

e) A liderança estadual na geração de energia elétrica decorre principalmente da biomassa e da energia nuclear, enquanto a produção de petróleo ocorre apenas em campos terrestres de pequeno porte.

98. Assinale a alternativa correta a respeito do setor eólico no Rio Grande do Norte, considerando a geração onshore já instalada, os projetos offshore em desenvolvimento e a distribuição espacial por municípios e empreendimentos.

- a) A geração eólica potiguar concentra-se no litoral oriental e já é majoritariamente offshore; os principais sítios estão próximos a Natal, com pouca presença no interior.
- b) O RN consolidou a eólica onshore em municípios como Serra do Mel, João Câmara e Parazinho; no offshore, avançou um sítio de testes licenciado em Areia Branca, e há parques emblemáticos como Rio do Fogo e Alegria.
- c) A liderança municipal da eólica no RN está no Seridó, com Currais Novos e Parelhas; a produção eólica se organiza em torno do embasamento cristalino e de serras úmidas.
- d) A eólica onshore do RN é recente e pouco relevante; o eixo principal deslocou-se para o Vale do Açu, onde predominam projetos marítimos já em operação comercial.
- e) O offshore do RN é proibido por regra federal; por isso, os investimentos atuais se restringem à energia solar no litoral e à biomassa no interior.

99. Analise as afirmativas a seguir, relativas à economia do Rio Grande do Norte (RN).

I. A fruticultura irrigada potiguar organiza-se em polos, com destaque para áreas como Chapada do Apodi e Vale do Açu, combinando irrigação, padronização produtiva e logística para atender mercado interno e exportação.

II. A pecuária do RN apresenta forte peso da criação extensiva no semiárido, com destaque para caprinos e ovinos, além de bovinocultura relevante em diferentes microrregiões, em geral condicionada pela irregularidade hídrica e pela oferta de pastagens.

III. A produção de petróleo e gás no RN é majoritariamente offshore profundo e concentra-se no litoral oriental próximo à capital, com pouca expressão de campos terrestres no conjunto estadual.

IV. A geração elétrica no RN é fortemente renovável, com liderança da energia eólica e expansão da solar; apesar disso, a integração ao sistema elétrico nacional envolve desafios de escoamento e infraestrutura de transmissão.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas II e IV estão corretas.
- d) Apenas I, II e IV estão corretas.
- e) Apenas I, III e IV estão corretas.

100. A produção de sal marinho no Rio Grande do Norte é um dos pilares históricos da economia estadual, combinando condições físico-ambientais favoráveis e infraestrutura logística estratégica. Considerando a organização espacial da atividade, sua cadeia produtiva e os mecanismos de escoamento, assinale a alternativa correta.

- a) A produção salineira concentra-se principalmente no litoral oriental úmido, com destaque para Natal e Nísia Floresta, sendo o escoamento realizado majoritariamente por rodovias para o Sudeste.
- b) A atividade salineira potiguar organiza-se na Costa Branca, com destaque para municípios como

Mossoró, Macau e Areia Branca, contando com o Porto-Ilha para escoamento em grande escala.

- c) A produção de sal no RN ocorre predominantemente no interior semiárido, com polos em Caicó e Currais Novos, sendo destinada sobretudo ao consumo regional de pequena escala.
- d) A Costa Branca é relevante apenas para pesca e turismo, enquanto o sal potiguar depende de portos do Ceará para exportação, devido à ausência de terminal próprio no estado.
- e) A liderança potiguar na produção de sal decorre da mecanização industrial recente, sendo a localização litorânea um fator secundário para a competitividade do setor.

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

101. Durante a execução de um trabalho de asseguuração, o auditor identificou que determinada evidência documental apresentada pela administração estava formalmente regular, mas apresentava inconsistências quando confrontada com outras evidências obtidas por meio de procedimentos analíticos. Além disso, a administração forneceu explicações genéricas para justificar tais inconsistências.

Conforme as normas vigentes de auditoria, é correto afirmar que o auditor:

- a) Deve aceitar a evidência documental, uma vez que foi fornecida pela administração e atende aos requisitos formais.
- b) Pode desconsiderar as inconsistências, desde que as evidências sejam suficientes em quantidade.
- c) Deve exercer ceticismo profissional, avaliando criticamente a confiabilidade da evidência e, se necessário, realizar procedimentos adicionais.
- d) Está impedido de questionar as respostas da administração, salvo se houver indícios formais de fraude.
- e) Pode reduzir a extensão dos procedimentos, pois já houve obtenção de evidência documental.

102. Com relação à confiabilidade da evidência de auditoria, assinale a alternativa correta, conforme os princípios estabelecidos nas normas de auditoria:

- a) Evidência obtida de fontes internas é sempre menos confiável do que aquela obtida de fontes externas.
- b) Evidência obtida diretamente pelo auditor é, em regra, menos confiável do que aquela obtida por meio de indagação.
- c) Evidência documental formal é, via de regra, mais confiável do que evidência verbal.
- d) Evidência proveniente de fonte externa é sempre confiável, independentemente das circunstâncias.
- e) Evidência interna é irrelevante quando os controles internos são eficazes.

103. No âmbito dos trabalhos de asseguarção, o auditor independente deve expressar sua conclusão em relatório escrito, observando que:

- I. No trabalho de asseguarção razoável, a conclusão é expressa de forma positiva, refletindo a opinião do auditor quanto ao resultado da mensuração ou avaliação do objeto.
- II. No trabalho de asseguarção limitada, a conclusão é expressa de forma negativa, indicando que, com base nos procedimentos realizados, nada chegou ao conhecimento do auditor que o levasse a crer que a informação do objeto esteja distorcida de forma relevante.
- III. A conclusão no trabalho de asseguarção limitada possui o mesmo nível de segurança que a asseguarção razoável, diferenciando-se apenas quanto à extensão dos procedimentos aplicados.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas.

104. Durante a execução de auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade, o auditor independente enfrentou limitações significativas impostas pela administração, que impediram a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente acerca de diversos saldos relevantes. Após avaliar as circunstâncias, o auditor concluiu que uma opinião com ressalva seria insuficiente para atender às necessidades dos usuários previstas nas demonstrações contábeis. Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria (NBC TA), nessa situação o auditor deve

- a) emitir opinião adversa, uma vez que a impossibilidade de obter evidência suficiente implica necessariamente distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- b) emitir opinião com ressalva, pois qualquer limitação de alcance deve ser tratada por meio de ressalva no relatório do auditor independente.
- c) emitir relatório sem modificação de opinião, desde que descreva as limitações encontradas em parágrafo de outros assuntos.
- d) emitir relatório com parágrafo de ênfase destacando a limitação de alcance, sem modificação da opinião.
- e) abster-se de emitir opinião ou renunciar ao trabalho de auditoria, quando a renúncia for possível de acordo com lei ou regulamentação aplicável.

105. De acordo com as disposições da NBC TA 500, evidência de auditoria corresponde às informações utilizadas pelo auditor para fundamentar as conclusões que embasam sua opinião sobre as demonstrações contábeis. Acerca da suficiência e da adequação da evidência de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) A suficiência da evidência de auditoria corresponde à medida da qualidade da evidência obtida, enquanto a adequação refere-se exclusivamente à quantidade de evidências coletadas pelo auditor.
- b) A adequação da evidência de auditoria refere-se à sua qualidade, compreendendo a relevância e a confiabilidade das informações utilizadas para suportar as conclusões do auditor.
- c) A suficiência da evidência de auditoria é determinada apenas pela avaliação dos riscos de distorção relevante, não sendo influenciada pela qualidade da evidência obtida.
- d) A adequação da evidência de auditoria refere-se exclusivamente à confiabilidade das informações, não abrangendo a relevância da evidência obtida.
- e) A suficiência e a adequação da evidência de auditoria são conceitos equivalentes, utilizados indistintamente pelas normas de auditoria.

106. De acordo com as disposições das NBC TA, o risco de auditoria corresponde ao risco de o auditor emitir opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contêm distorção relevante. Esse risco é função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção. Segundo essas normas, é correto afirmar que:

- a) O risco de auditoria decorre exclusivamente da falha na aplicação dos procedimentos de auditoria, sendo independente da existência de distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
- b) O risco inerente refere-se à possibilidade de os controles internos da entidade falharem na prevenção ou detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis.

- c) O risco de distorção relevante compreende o risco inerente e o risco de controle, sendo avaliado pelo auditor antes da consideração dos procedimentos de auditoria destinados à detecção de distorções.
- d) O risco de controle consiste na probabilidade de o auditor não identificar distorções relevantes em decorrência da inadequação dos procedimentos de auditoria aplicados.
- e) O risco de detecção é determinado exclusivamente pelo sistema de controle interno da entidade e independe da natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria.

107. Durante a execução de uma auditoria independente, o auditor identifica documentos que aparentemente comprovam determinada transação relevante. Contudo, ao confrontar tais documentos com outras evidências obtidas ao longo do trabalho, surgem inconsistências que levantam dúvidas quanto à confiabilidade das informações fornecidas pela administração. Diante dessa situação, o auditor decide ampliar os procedimentos inicialmente planejados. Nos termos das normas vigentes de auditoria independente, esse comportamento é compatível com o conceito de ceticismo profissional, que implica que o auditor deve:

- a) presumir automaticamente que a administração esteja agindo de forma fraudulenta sempre que houver divergência entre evidências obtidas.
- b) manter atitude questionadora e estar alerta a evidências que contradigam outras obtidas, bem como a circunstâncias que indiquem a necessidade de procedimentos adicionais de auditoria.
- c) aceitar como confiáveis os documentos fornecidos pela administração, salvo quando houver prova material de fraude previamente identificada.
- d) limitar sua avaliação às evidências inicialmente coletadas, evitando ampliar procedimentos para não comprometer a objetividade do planejamento de auditoria.
- e) substituir evidências conflitantes por aquelas consideradas mais favoráveis à administração, a fim de evitar conclusões precipitadas.

108. Se, em circunstâncias excepcionais, o auditor executar procedimentos novos ou adicionais ou chegar a novas conclusões após a data do relatório do auditor, é correto afirmar que a documentação de auditoria deve incluir:

- a) exclusivamente a descrição das novas circunstâncias identificadas, sendo vedada qualquer alteração no relatório do auditor já emitido.
- b) apenas os procedimentos adicionais executados e a evidência obtida, sendo desnecessária a identificação de quem realizou e revisou as modificações.
- c) as circunstâncias identificadas, os novos ou adicionais procedimentos executados, a evidência obtida, as novas conclusões e seu efeito sobre o relatório do auditor, bem como quando e por quem as modificações foram executadas e revisadas.
- d) somente as conclusões alcançadas e a justificativa para a reabertura do arquivo de auditoria.
- e) apenas a data da identificação do fato superveniente, vedada a inclusão de novas evidências no arquivo final.

109. A respeito da elaboração tempestiva da documentação de auditoria, assinale a alternativa correta, conforme as normas brasileiras de auditoria.

- a) A documentação de auditoria elaborada após a conclusão do trabalho possui o mesmo grau de precisão daquela preparada durante a execução dos procedimentos, desde que revisada por auditor experiente.
- b) A elaboração tempestiva da documentação de auditoria contribui para a qualidade da auditoria e facilita a revisão e a avaliação eficazes da evidência e das conclusões obtidas antes da finalização do relatório do auditor.
- c) A documentação de auditoria pode ser elaborada a qualquer tempo, desde que antes da montagem do arquivo final, sem prejuízo à sua qualidade.

d) A documentação de auditoria tem como finalidade principal resguardar o auditor em eventuais litígios, não estando diretamente relacionada à qualidade da auditoria.

e) A norma admite que a documentação elaborada após a execução do trabalho seja, em regra, mais precisa do que aquela produzida no momento da realização dos procedimentos.

110. Conforme as normas de auditoria, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude.

- a) A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é do auditor independente.
- b) Compete exclusivamente à administração da entidade prevenir e detectar fraudes, sem participação dos responsáveis pela governança.
- c) A responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é compartilhada igualmente entre auditor, administração e responsáveis pela governança.
- d) A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança e da administração da entidade.
- e) A supervisão dos responsáveis pela governança limita-se à validação formal das demonstrações contábeis elaboradas pela administração.

111. No contexto da auditoria das demonstrações contábeis, o ceticismo profissional do auditor em relação aos riscos de distorção relevante decorrente de fraude:

- a) Exige que o auditor desconsidere completamente experiências passadas de honestidade e integridade da administração.
- b) Limita-se à análise da confiabilidade da informação quando houver indícios claros de fraude já confirmada.
- c) É especialmente importante porque, mesmo havendo histórico de integridade da administração, podem ocorrer alterações nas circunstâncias que elevem o risco de fraude.
- d) Impõe ao auditor a obrigação de autenticar documentos sempre que houver risco de distorção relevante.
- e) Reduz-se à aplicação de testes substantivos adicionais, sendo irrelevante na avaliação dos controles sobre a elaboração das informações.

112. No que se refere à deficiência significativa de controle interno, é correto afirmar que

- a) sua caracterização depende exclusivamente da ocorrência de distorção relevante identificada nas demonstrações contábeis.
- b) corresponde a qualquer deficiência de controle interno comunicada por escrito à administração.
- c) resulta da avaliação objetiva do auditor, independentemente do exercício de julgamento profissional.
- d) pode decorrer de uma única deficiência ou da combinação de deficiências que, no julgamento profissional do auditor, mereça a atenção dos responsáveis pela governança.
- e) somente pode ser reconhecida quando houver indícios concretos de fraude.

113. Sobre o planejamento da auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui uma fase estanque, encerrada antes da execução dos procedimentos de auditoria.
- b) Inicia-se apenas após a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante.
- c) É um processo contínuo e iterativo, que pode começar logo após a conclusão da auditoria anterior.
- d) Limita-se à definição do plano de auditoria, não abrangendo considerações sobre materialidade ou especialistas.
- e) É dispensável quando o auditor possui experiência prévia com a entidade.

114. No contexto da aplicação do conceito de materialidade nas Normas de Auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) A materialidade de desempenho é definida em valor superior à materialidade das demonstrações contábeis como um todo.
 - b) O risco de agregação corresponde à possibilidade de uma única distorção relevante não detectada exceder a materialidade.
 - c) O risco de agregação refere-se exclusivamente às distorções detectadas e corrigidas pela administração.
 - d) A materialidade de desempenho é aplicada apenas na fase de formação da opinião do auditor.
 - e) A materialidade de desempenho tem por finalidade reduzir o risco de agregação a um nível adequadamente baixo.
-

115. Sobre a utilização de evidência de auditoria de auditorias anteriores e a testagem de controles relacionados a riscos significativos, assinale a alternativa correta.

- a) Se o auditor pretende confiar em controles relacionados a riscos significativos, deve testá-los obrigatoriamente no período corrente.
- b) Evidências de auditorias anteriores podem ser utilizadas sem reavaliação, desde que o controle seja automatizado.
- c) A efetividade dos controles gerais de TI é irrelevante para decidir sobre o uso de evidências anteriores.
- d) A ausência de mudanças em um controle elimina o risco decorrente de alterações nas circunstâncias.
- e) A extensão da confiança no controle não influencia a decisão sobre a reutilização de evidências anteriores.

116. Quando são detectados desvios de controles nos quais o auditor pretende confiar, a NBC TA 330 estabelece providências específicas a serem adotadas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor deve abandonar automaticamente a estratégia baseada em controles e substituir integralmente os testes de controle por procedimentos substantivos.
- b) A identificação de desvios de controle impede que os testes de controle realizados sirvam de base para qualquer julgamento profissional.
- c) O auditor deve realizar indagações específicas para compreender os desvios e avaliar se os testes de controle realizados continuam apropriados, se são necessários testes adicionais ou se os riscos devem ser tratados apenas por procedimentos substantivos.
- d) A ocorrência de desvios de controles exige, necessariamente, a emissão de relatório com modificação de opinião.

e) O auditor deve restringir sua avaliação apenas aos efeitos quantitativos dos desvios, dispensando a análise de suas potenciais consequências.

117. Durante a auditoria, o auditor identificou diversas distorções, algumas corrigidas e outras não. À luz da NBC TA 450 (R1), é correto afirmar que o auditor deve revisar a estratégia global e o plano de auditoria quando:

- a) a administração se recusar a corrigir qualquer distorção, independentemente de sua natureza ou magnitude.
- b) as distorções identificadas forem exclusivamente qualitativas e não mensuráveis.
- c) a soma das distorções identificadas ultrapassar, isoladamente, a materialidade definida inicialmente.
- d) a natureza das distorções identificadas e as circunstâncias em que ocorreram indicarem a possível existência de outras distorções que, em conjunto, possam ser relevantes.
- e) forem identificadas apenas distorções já corrigidas pela administração.

118. O conjunto de distorções identificadas durante a auditoria aproximou-se do nível de materialidade determinado inicialmente pelo auditor. Segundo a NBC TA 450 (R1), é correto afirmar que, nessa situação:

- a) O auditor deve concluir que as demonstrações contábeis estão materialmente distorcidas.
- b) O risco de existência de distorções não detectadas pode ser maior do que o risco baixo aceitável.
- c) O auditor deve aumentar a materialidade para compensar o risco de amostragem.
- d) Apenas o risco de não amostragem deve ser considerado na avaliação das distorções remanescentes.
- e) As distorções não detectadas devem ser desconsideradas, pois não foram evidenciadas.

119. De acordo com as disposições da NBC TA 500 – Evidência de Auditoria, a respeito da natureza e das fontes das evidências utilizadas pelo auditor independente na formação de sua opinião, considere as afirmações abaixo.

A evidência de auditoria possui natureza cumulativa e pode ser obtida não apenas a partir dos procedimentos realizados durante a auditoria corrente, mas também de informações provenientes de auditorias anteriores, desde que o auditor avalie se essas permanecem relevantes e confiáveis para a auditoria atual. Além disso, informações que contradizem as afirmações da administração, bem como a ausência de informações solicitadas, podem constituir evidência de auditoria.

Nos termos da NBC TA 500, é correto afirmar que:

- a) apenas informações que corroboram as afirmações da administração podem ser consideradas evidências de auditoria, sendo desconsideradas aquelas que as contradizem.
- b) a evidência de auditoria deve ser obtida exclusivamente a partir dos procedimentos executados na auditoria corrente, sendo vedada a utilização de informações provenientes de auditorias anteriores.
- c) a evidência de auditoria inclui informações obtidas de diversas fontes, podendo abranger registros contábeis, fontes internas e externas da entidade, trabalhos de especialistas da administração e até mesmo a ausência de informações solicitadas pelo auditor.
- d) informações produzidas com o auxílio de especialistas da administração não podem ser utilizadas como evidência de auditoria, por não possuírem independência suficiente.
- e) somente documentos formais produzidos pela própria entidade podem ser considerados evidência de auditoria válida para fundamentar a opinião do auditor.

120. De acordo com as disposições da NBC TA 500 (R1), no que se refere à confiabilidade das evidências de auditoria, considere as afirmações abaixo.

A confiabilidade das informações utilizadas como evidência de auditoria é influenciada por sua fonte, natureza e pelas circunstâncias em que são obtidas, sendo possível estabelecer algumas generalizações úteis acerca da confiabilidade dessas evidências, embora sujeitas a exceções.

Com base nessas disposições normativas, assinale a alternativa correta.

- a) Evidências geradas internamente pela entidade possuem confiabilidade inferior às obtidas externamente, ainda que os controles internos relacionados à sua elaboração e manutenção sejam considerados efetivos.
- b) A evidência de auditoria obtida de fontes externas independentes é, em regra, mais confiável; contudo, sua confiabilidade pode ser reduzida caso a fonte não possua conhecimento adequado ou não seja objetiva.
- c) A evidência obtida por meio de indagação junto à administração tende a ser mais confiável do que a evidência obtida diretamente pelo auditor, pois decorre de informações internas detalhadas da entidade.
- d) Evidências verbais fornecidas pela administração são consideradas mais confiáveis do que evidências documentais, pois refletem diretamente o conhecimento dos responsáveis pela gestão.
- e) Documentos digitalizados ou transpostos para formato eletrônico possuem confiabilidade superior à dos documentos originais, pois passam por controles tecnológicos adicionais.

121. No curso da auditoria, a administração recusou-se a fornecer representações formais exigidas pela NBC TA 580 (R1), mesmo após discussão com o auditor. Após reavaliação, o auditor concluiu que há dúvida suficiente quanto à integridade da administração. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O auditor deve abster-se de emitir opinião, em conformidade com a NBC TA 705, em razão da não obtenção das representações formais exigidas.
- b) O auditor deve emitir opinião com ressalva, pois a ausência de representações formais nunca justifica abstenção de opinião.
- c) O auditor deve emitir opinião adversa, independentemente da materialidade dos possíveis efeitos.
- d) A recusa da administração em fornecer representações formais afeta apenas a evidência relacionada às áreas específicas solicitadas, não comprometendo a auditoria como um todo.
- e) O auditor deve aceitar representações verbais como substitutas das representações formais exigidas.

122. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade industrial, o auditor independente Tonin não pôde estar presente na data em que a administração realizou a contagem física dos estoques devido a um imprevisto. À luz do que dispõe a NBC TA 501, o auditor deverá adotar procedimentos alternativos para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente acerca da existência e condição dos estoques. Nessa situação, o auditor deve

- a) realizar nova contagem física integral dos estoques no encerramento do exercício seguinte, substituindo completamente os procedimentos previstos na norma.
- b) limitar-se à confirmação externa dos estoques junto aos principais fornecedores e clientes da entidade, dispensando procedimentos adicionais.

c) aceitar os relatórios de inventário elaborados pela administração, desde que acompanhados de declaração formal da diretoria.

d) emitir relatório com ressalva automaticamente, uma vez que a ausência na contagem física impossibilita a obtenção de evidência suficiente.

e) efetuar ou observar contagens físicas em data alternativa e aplicar procedimentos de auditoria sobre as transações ocorridas entre a data da contagem e a data originalmente prevista.

123. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade, verificou-se que as demonstrações anteriormente emitidas foram posteriormente alteradas pela administração para corrigir distorções identificadas após sua divulgação. Em decorrência disso, o auditor independente foi solicitado a emitir novo relatório sobre as demonstrações contábeis alteradas.

De acordo com as normas de auditoria, nessa situação o auditor independente

- a) deve emitir novo relatório sem qualquer referência às demonstrações anteriormente emitidas, pois o novo relatório substitui integralmente o anterior.
- b) deve incluir no novo relatório parágrafo de ênfase ou de outros assuntos, sem necessidade de referência a nota explicativa específica, pois a própria inclusão do parágrafo já evidencia a alteração realizada.
- c) deve incluir no novo ou reemitido relatório um Parágrafo de Ênfase ou de Outros Assuntos, fazendo referência à nota explicativa que descreve detalhadamente as razões da alteração das demonstrações contábeis anteriormente emitidas e do relatório anterior do auditor.
- d) deve modificar sua opinião obrigatoriamente, ainda que as alterações tenham corrigido integralmente as distorções anteriormente existentes.
- e) não pode emitir novo relatório, devendo apenas comunicar formalmente aos usuários das demonstrações contábeis a existência das alterações realizadas pela administração.

124. Após concluir os procedimentos de auditoria, o auditor independente avaliou as evidências obtidas sobre as demonstrações contábeis de determinada entidade. Considerando as normas de auditoria aplicáveis, o auditor deverá:

- a) Expressar opinião não modificada sempre que concluir que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, ainda que existam distorções relevantes não generalizadas.
- b) Modificar sua opinião apenas quando não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, independentemente da existência de distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
- c) Expressar opinião não modificada quando concluir que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- d) Modificar sua opinião exclusivamente quando identificar distorções relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis, não sendo cabível modificação por limitação na obtenção de evidência de auditoria.
- e) Abster-se de emitir opinião sempre que identificar distorções relevantes nas demonstrações contábeis, ainda que tenha obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente.

125. Com base nas disposições da NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente, analise a situação hipotética a seguir.

Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade, o auditor independente concluiu, com base em evidência de auditoria apropriada e suficiente, que determinadas distorções identificadas são relevantes, porém não generalizadas nas demonstrações contábeis. Em outro cenário hipotético, o auditor não conseguiu obter evidência de auditoria apropriada e suficiente e concluiu que os possíveis efeitos de

distorções não detectadas poderiam ser relevantes e generalizados.

Conforme a NBC TA 705, nesses dois cenários, respectivamente, o auditor deverá emitir:

- a) opinião não modificada; e opinião com ressalva.
- b) opinião com ressalva; e abstenção de opinião.
- c) opinião adversa; e opinião com ressalva.
- d) abstenção de opinião; e opinião adversa.
- e) opinião com ressalva; e opinião adversa.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

126. Duas divisões de uma empresa de logística, Alfa e Beta, possuíam juntas um orçamento de R\$ 7.000,00. Ambas investiram seus respectivos valores em títulos de renda fixa que rendem juros simples a uma taxa de 8% ao ano, durante um período de 18 meses. Sabe-se que o investimento da divisão Alfa rendeu R\$ 196,80 a mais em juros do que o investimento da divisão Beta. Dessa forma, o valor inicial investido pela divisão Beta foi de:

- a) R\$ 2.680,00
- b) R\$ 2.700,00
- c) R\$ 2.720,00
- d) R\$ 2.740,00
- e) R\$ 2.760,00

127. Dois departamentos de uma universidade receberam verbas de valores iguais para pesquisa. Ambos aplicaram seus recursos em uma mesma data, em um fundo de investimento que opera no regime de juros compostos com taxa de 2% ao bimestre. O primeiro departamento resgatou o valor após 1 bimestre de aplicação, enquanto o segundo resgatou após 2 bimestres. Constatou-se que a soma dos juros gerados por essas duas aplicações, ao término de seus respectivos prazos, foi de R\$ 1.359,00. O montante resgatado pelo segundo departamento é igual a:

- a) R\$ 23.929,20
- b) R\$ 23.669,10
- c) R\$ 23.409,00
- d) R\$ 22.888,80
- e) R\$ 21.328,20

128. Para a próxima questão, utilize, se necessário, as aproximações a seguir:

Dado	Valor aproximado
$\sum_{j=0}^{49} (1 - 0,01j)$	37,75
$\sum_{j=0}^{49} (1 + 0,01j)^{-1}$	40,71
$\sum_{j=0}^{49} 0,99^j$	39,5
$\sum_{j=0}^{49} 1,01^{-j}$	39,59

Um empresário adquiriu um maquinário industrial financiado, sem entrada, em 50 prestações mensais e consecutivas de R\$ 1.000,00. O contrato estipula uma taxa de juros compostos de 2% ao mês, com a primeira prestação vencendo exatamente um mês após a data da compra. Se o empresário decidir quitar integralmente o financiamento na data do pagamento da primeira prestação, pagando todas as 50 parcelas de uma só vez e recebendo, para essa antecipação, um desconto comercial composto de 1% ao mês, o valor total pago por ele será:

- a) menor ou igual a R\$ 38.550
- b) maior do que R\$ 38.550 e menor ou igual a R\$ 39.550

- c) maior do que R\$ 39.550 e menor ou igual a R\$ 40.550
- d) maior do que R\$ 40.550 e menor ou igual a R\$ 41.550
- e) maior do que R\$ 41.550

129. Uma startup de tecnologia precisa de R\$ 100.000,00 ao final de um ano para adquirir um novo cluster de servidores. Para atingir esse objetivo, a empresa realiza um acordo com uma corretora, comprometendo-se a aplicar mensalmente, durante um ano, o valor de R\$ 3.523,10, com rendimento fixado em 3% ao mês. A primeira aplicação ocorre ao final do primeiro mês. Passado um ano, feitas as doze aplicações, o fornecedor dos equipamentos concorda em receber o saldo dos valores aplicados na corretora e financiar o valor restante do novo cluster para atingir os R\$ 100.000,00 a uma taxa de 4% ao mês, em doze parcelas mensais iguais, com o primeiro vencimento em trinta dias. O valor da prestação mensal desse financiamento, desconsiderando os centavos, é:

Dados: $\frac{1-(1,04)^{-12}}{0,04} = 9,385074$ e $\frac{(1,03)^{12}-1}{0,03} = 14,19203$

- a) R\$ 4.436,00
- b) R\$ 4.728,00
- c) R\$ 5.014,00
- d) R\$ 5.023,00
- e) R\$ 5.327,00

130. Uma clínica odontológica contraiu um empréstimo de R\$ 10.000,00 para a compra de novos equipamentos de imagem, que será quitado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) em 5 parcelas mensais e consecutivas. O contrato prevê um período de carência de 2 meses, durante o qual não há pagamentos e os juros são capitalizados, sendo incorporados ao saldo devedor. A taxa de juros compostos cobrada pela instituição financeira é de 8% ao mês. Nessa situação, o valor da segunda prestação paga pela clínica, referente à fase de amortização, é:

- a) menor do que R\$ 3.000,00
- b) maior ou igual a R\$ 3.000,00 e menor do que R\$ 3.100,00
- c) maior ou igual a R\$ 3.100,00 e menor do que R\$ 3.200,00
- d) maior ou igual a R\$ 3.200,00 e menor do que R\$ 3.300,00
- e) maior ou igual a R\$ 3.300,00

- b) trimodal, mesocúrtica e com presença de outliers inferiores
- c) assimétrica à direita, leptocúrtica, com presença de outliers superiores
- d) simétrica, platicúrtica, com concentração nos extremos
- e) assimétrica à esquerda, leptocúrtica e com presença de outliers inferiores

132. Um órgão do SEFAZ RN contém 20 servidores, dos quais 5 são advogados. Selecionam-se aleatoriamente 6 servidores sem reposição. Seja X o número de servidores advogados na amostra. O valor de $\text{Var}(X)$ é:

- a) $\frac{35}{76}$
- b) $\frac{71}{76}$
- c) $\frac{63}{76}$
- d) $\frac{47}{76}$
- e) $\frac{27}{76}$

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

131. Carlos Bonfart, secretário estadual do SEFAZ RN, solicitou ao fiscal Estevão, uma análise sobre o tempo (em dias) de 1.480 processos administrativos. Estevão construiu um boxplot e um histograma, e observou que:

- a mediana é maior que a média aritmética;
- há presença de valores extremos inferiores;
- o coeficiente de curtose estimado é significativamente maior que 3;
- a maior parte das observações concentra-se próxima ao terceiro quartil.

Com base nessas informações e nas propriedades das distribuições empíricas, é correto afirmar que a distribuição dos tempos é:

- a) simétrica, com distribuição platicúrtica e presença de outliers

- 133.** Em um setor do SEFAZ RN, o tempo médio de atendimento ao público segue uma distribuição normal com média de 40 minutos e desvio padrão de 6 minutos. A probabilidade de que um atendimento dure entre 34 e 49 minutos, aproximadamente, é:

Tabela de Distribuição Normal (Valores acumulados $P(Z < z)$):

z	$P(Z < z)$
-1,5	0,0668
-1,0	0,1587
0,0	0,5000
1,0	0,8413
1,5	0,9332
2,0	0,9772

- a) 0,53
- b) 0,67
- c) 0,61
- d) 0,77
- e) 0,91

- 134.** Um estudo sobre a média do número diário de atendimentos de um órgão do SEFAZ RN e concluiu que o erro máximo é de 2 unidades com nível de confiança de 95%. Historicamente sabe-se que o desvio padrão populacional é igual a 10. Portanto, pode-se deduzir que o tamanho mínimo da amostra é igual a:

- a) 97
- b) 85
- c) 76
- d) 114
- e) 225

- 135.** Em cada um de três restaurantes, 10 cozinheiros foram selecionados aleatoriamente. Cada cozinheiro faz um prato de frango e anota-se o tempo que cada cozinheiro levou para fazê-lo. Deseja-se testar a hipótese de igualdade dos tempos médios, supondo que trabalham independentemente, a um determinado nível de significância.

Com uma ANOVA, com 3 grupos e 30 observações, foram obtidos:

$$SQT = 600$$

$$SQE = 200$$

O valor da estatística F é, aproximadamente:

- a) 2,67
- b) 3,33
- c) 4,00
- d) 6,75
- e) 9,00

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
FLUÊNCIA EM DADOS E ANÁLISE DE DADOS***Renato da Costa*

136. Uma empresa de comércio eletrônico decidiu desenvolver um sistema capaz de recomendar, em tempo real, quais descontos devem ser oferecidos a cada cliente durante a navegação no site. Para isso, o sistema testa diferentes estratégias de oferta, observa a reação do usuário, como clique, compra ou abandono da página, e ajusta suas decisões futuras com base nas recompensas obtidas ao longo do tempo. O objetivo é maximizar a conversão total das vendas.

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa que identifica corretamente o tipo de aprendizado de máquina predominante nesse caso.

- a) Aprendizado supervisionado, pois o sistema utiliza exemplos previamente rotulados para prever a melhor ação em cada interação.
- b) Aprendizado não supervisionado, pois o sistema organiza os clientes em grupos sem utilizar variável de saída.
- c) Aprendizado por reforço, pois o sistema aprende por tentativa e erro a partir das recompensas associadas às ações realizadas.
- d) Aprendizado semi supervisionado, pois o sistema combina grande volume de dados não rotulados com pequena quantidade de dados rotulados.
- e) Aprendizado profundo, pois o sistema toma decisões complexas em tempo real com base em múltiplas camadas neurais.

137. Uma Secretaria de Fazenda estadual realizou um levantamento com o objetivo de aprimorar seus mecanismos de fiscalização e segmentação de contribuintes. Entre as variáveis coletadas no banco de dados, destacam-se as seguintes:

- I. tipo de tributo declarado pelo contribuinte, como ICMS, IPVA e ITCMD
- II. porte do contribuinte, classificado como micro, pequeno, médio e grande
- III. número de notas fiscais emitidas por uma empresa no mês
- IV. valor total das operações declaradas no período, expresso em reais e centavos

Com base na classificação estatística dessas variáveis, assinale a alternativa correta.

- a) I é qualitativa ordinal, II é qualitativa nominal, III é quantitativa contínua e IV é quantitativa discreta.
- b) I é quantitativa discreta, II é qualitativa ordinal, III é qualitativa nominal e IV é quantitativa contínua.
- c) I é qualitativa nominal, II é qualitativa ordinal, III é quantitativa discreta e IV é quantitativa contínua.
- d) I é qualitativa nominal, II é quantitativa discreta, III é quantitativa contínua e IV é qualitativa ordinal.
- e) I é qualitativa ordinal, II é qualitativa ordinal, III é quantitativa discreta e IV é quantitativa discreta.

138. No processo de modernização de uma Secretaria de Fazenda, foi implantado um sistema analítico para apoiar ações de fiscalização tributária. Em determinado caso, o sistema registrou que uma empresa declarou faturamento mensal de R\$ 80.000,00, recolheu ICMS abaixo da média do seu setor e apresentou crescimento atípico no volume de operações nos últimos três meses. A partir da análise desses registros, a equipe de auditoria concluiu que a empresa deveria ser incluída em uma rotina prioritária de monitoramento, em razão de indícios de inconsistência fiscal.

Considerando os conceitos de dado, informação e conhecimento, assinale a alternativa correta.

- a) O valor de faturamento mensal declarado pela empresa constitui conhecimento, pois já permite uma decisão fiscal imediata.
- b) A conclusão da equipe de auditoria de que a empresa deve ser monitorada constitui dado, pois resulta de registro objetivo no sistema.
- c) A identificação de que a empresa recolheu ICMS abaixo da média do setor constitui conhecimento, pois decorre diretamente de experiência humana acumulada.
- d) Os registros brutos isolados, como faturamento mensal e volume de operações, constituem informação, pois já possuem interpretação conclusiva.
- e) A decisão de priorizar o monitoramento da empresa caracteriza conhecimento, enquanto os registros tratados e contextualizados sobre seu comportamento fiscal caracterizam informação.

139. Durante um seminário sobre transformação digital em uma Secretaria de Fazenda, discutiu-se o uso de sistemas de inteligência artificial para automatizar atividades como classificação de documentos fiscais, detecção de fraudes e atendimento virtual ao contribuinte. Em determinado momento, um dos participantes afirmou que, embora esses sistemas realizem tarefas complexas com elevado desempenho, eles operam de forma especializada, sem consciência, compreensão ampla do mundo ou capacidade geral equivalente à cognição humana.

Com base na classificação da inteligência artificial em fraca e forte, assinale a alternativa correta.

- a) A inteligência artificial forte é aquela desenvolvida para executar tarefas específicas com alta eficiência, sem consciência ou entendimento geral.
 - b) Os sistemas descritos no contexto exemplificam inteligência artificial forte, pois conseguem substituir o ser humano em atividades operacionais.
 - c) A inteligência artificial fraca caracteriza sistemas projetados para tarefas delimitadas, sem consciência ou capacidade cognitiva geral comparável à humana.
 - d) A inteligência artificial forte se caracteriza por aplicar algoritmos estatísticos avançados em bases massivas de dados, mesmo sem compreensão do contexto.
 - e) A distinção entre inteligência artificial fraca e forte depende exclusivamente da quantidade de dados processados e da velocidade computacional do sistema.
-

140. No contexto de uma Secretaria de Fazenda, uma equipe de ciência de dados foi encarregada de desenvolver um modelo para apoiar a detecção de contribuintes com maior probabilidade de inconsistência em declarações fiscais. Para isso, tornou-se necessário seguir um ciclo de vida estruturado da ciência de dados, desde a definição do problema até a comunicação dos resultados obtidos aos gestores responsáveis pela fiscalização.

Considerando as fases típicas do ciclo de vida em ciência de dados, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) Comunicação dos resultados, coleta dos dados, modelagem, entendimento do problema, preparação dos dados, avaliação.
- b) Entendimento do problema, coleta dos dados, preparação dos dados, modelagem, avaliação, comunicação dos resultados.
- c) Coleta dos dados, entendimento do problema, preparação dos dados, comunicação dos resultados, modelagem, avaliação.
- d) Entendimento do problema, preparação dos dados, coleta dos dados, modelagem, comunicação dos resultados, avaliação.
- e) Preparação dos dados, coleta dos dados, entendimento do problema, avaliação, modelagem, comunicação dos resultados.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO GOVERNANÇA DE DADOS

Fernando Pedrosa

Acerca de **Governança de Dados**, julgue os itens subsequentes.

141. Em um programa de Governança de Dados estruturado segundo o DAMA-DMBOK, métricas e indicadores desempenham papel essencial para assegurar que as políticas definidas sejam efetivamente cumpridas e que os dados entreguem valor ao negócio. Considerando esse contexto, selecione a alternativa que melhor representa a

finalidade do monitoramento por métricas dentro da Governança de Dados.

- a) Avaliar exclusivamente o desempenho de servidores e bancos de dados em termos de capacidade de processamento.
- b) Mensurar a produtividade individual de analistas responsáveis pela modelagem de dados.
- c) Monitorar aderência a políticas, qualidade dos dados e riscos associados ao seu uso inadequado.
- d) Substituir auditorias internas por relatórios automáticos de sistemas transacionais.
- e) Avaliar apenas o volume de dados armazenado em repositórios corporativos.

142. No DAMA-DMBOK, a Governança de Dados estabelece que as decisões relativas aos dados devem ser orientadas por princípios formais, e que tais decisões sejam operacionalizadas por meio de estruturas claramente definidas. Nesse sentido, complete corretamente as lacunas do trecho a seguir, considerando os conceitos estruturantes do framework:

“A Governança de Dados define _____ que orientam o uso adequado dos dados e estabelece _____ responsáveis por supervisionar, deliberar e monitorar a conformidade com tais diretrizes.”

- a) procedimentos técnicos detalhados – analistas de banco de dados
- b) padrões de modelagem física – desenvolvedores de sistemas
- c) políticas corporativas – comitês ou conselhos de governança
- d) rotinas de backup – administradores de infraestrutura
- e) scripts de validação – equipes de suporte operacional

143. No contexto do DAMA-DMBOK, a Governança de Dados é compreendida como um conjunto estruturado de princípios, políticas, processos, papéis e métricas que asseguram que os dados sejam gerenciados como ativos estratégicos da organização. Considerando essa perspectiva, analise as afirmativas a seguir acerca do propósito central da Governança de Dados e selecione a alternativa que melhor traduz sua função predominante dentro de um programa corporativo de gestão de dados, especialmente em organizações que buscam alinhamento entre estratégia de negócio, conformidade regulatória e geração de valor por meio da informação.

- a) Estabelecer mecanismos de controle operacional voltados exclusivamente à administração técnica de bancos de dados e infraestrutura de TI.
- b) Definir autoridade, responsabilidades e mecanismos de decisão sobre dados, garantindo alinhamento com objetivos estratégicos e mitigação de riscos.
- c) Implementar ferramentas de integração e qualidade de dados para automatizar processos de ETL e armazenamento.
- d) Substituir a gestão de projetos de TI por estruturas orientadas exclusivamente a dados mestres.
- e) Centralizar todas as decisões relativas a dados na área de tecnologia da informação, eliminando responsabilidades das áreas de negócio.

144. No âmbito do DAMA-DMBOK, a Governança de Dados deve ser integrada às demais disciplinas de gestão de dados, como Qualidade de Dados, Gestão de Metadados, Arquitetura de Dados e Gestão de Dados Mestres. Considerando essa integração, assinale a alternativa que melhor expressa a relação entre Governança de Dados e essas demais áreas de conhecimento.

- a) A Governança de Dados atua de forma independente e não interfere nas demais áreas de gestão de dados.

- b) A Governança de Dados substitui a Arquitetura de Dados como principal disciplina técnica.
- c) A Governança de Dados fornece diretrizes, autoridade e mecanismos de controle que orientam e supervisionam as demais disciplinas de gestão de dados.
- d) A Governança de Dados limita-se à definição de ferramentas tecnológicas utilizadas pelas demais áreas.
- e) A Governança de Dados restringe-se ao tratamento de dados históricos, não abrangendo dados operacionais.

145. Relacione os papéis clássicos da Governança de Dados, conforme descritos no DAMA-DMBOK, às suas respectivas responsabilidades predominantes.

I. Data Owner

II. Data Steward

III. Data Custodian

- () Responsável pela definição de requisitos de qualidade e pelo significado de dados dentro do domínio de negócio.
- () Responsável técnico pela implementação e manutenção física dos dados nos sistemas.
- () Responsável final pela autoridade e tomada de decisão sobre determinado conjunto de dados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de associação, de cima para baixo.

- a) II – III – I
- b) I – II – III
- c) II – I – III
- d) III – II – I
- e) II – III – I

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CIÊNCIA DE DADOS, BIG DATA E
COMPUTAÇÃO EM NUVENS***Emannuelle Gouveia*

146. No contexto da ciência de dados, o processo de geração de valor analítico nas organizações depende de uma sequência estruturada de etapas que orientam desde a compreensão do problema até a utilização dos resultados analíticos. Considerando esse processo, assinale a alternativa que descreve corretamente um aspecto do ciclo de vida da ciência de dados e sua relação com a importância da informação.

- a) A etapa inicial do ciclo de ciência de dados consiste exclusivamente na modelagem estatística, pois é nesse momento que os dados passam a ter utilidade analítica para a organização.
- b) O ciclo de vida da ciência de dados inicia-se pela coleta massiva de dados, independentemente da definição prévia de objetivos ou problemas de negócio.
- c) A importância da informação no processo de ciência de dados está restrita ao armazenamento estruturado em bancos de dados corporativos, sem relação direta com análise ou decisão.
- d) O ciclo de vida da ciência de dados envolve etapas como compreensão do problema, preparação dos dados, modelagem e avaliação, nas quais a qualidade e a relevância da informação influenciam diretamente a utilidade dos resultados analíticos.
- e) No ciclo de ciência de dados, a etapa de avaliação ocorre antes da preparação dos dados, pois o objetivo principal é verificar se a base coletada possui volume suficiente para análise.

147. Em ambientes corporativos orientados a dados, diferentes disciplinas atuam de forma complementar para transformar dados em conhecimento útil para a organização. Nesse cenário, o conceito de Big Data surge associado a tecnologias e arquiteturas capazes de lidar com grandes volumes e diversidade de dados. Considerando a relação entre Big Data e outras áreas do ecossistema de dados, assinale a alternativa correta.

- a) Big Data corresponde à aplicação exclusiva de técnicas estatísticas avançadas voltadas à criação de modelos preditivos.
- b) Big Data refere-se principalmente à gestão de bancos de dados relacionais tradicionais utilizados em sistemas transacionais corporativos.
- c) Big Data está associado ao uso de arquiteturas e tecnologias distribuídas capazes de armazenar e processar grandes volumes e variedades de dados, servindo de base para análises realizadas por áreas como ciência de dados, estatística e business intelligence.
- d) Big Data é uma abordagem voltada exclusivamente à visualização interativa de dados por meio de ferramentas de dashboards corporativos.
- e) Big Data caracteriza-se pelo uso obrigatório de inteligência artificial em todos os processos de análise de dados organizacionais.

148. Em projetos de ciência de dados e Big Data, diferentes profissionais atuam de forma complementar ao longo do ciclo analítico, desde a preparação da infraestrutura até a interpretação dos resultados. Cada papel possui responsabilidades específicas no tratamento, processamento e análise dos dados. Considerando essa divisão de funções, assinale a alternativa correta.

- a) O cientista de dados é responsável exclusivamente pela administração física dos bancos de dados e pela configuração de servidores de armazenamento distribuído.
- b) O engenheiro de dados atua na construção e manutenção de pipelines de dados, integração de fontes, preparação e disponibilização de dados para análise em ambientes analíticos ou de Big Data.
- c) O analista de negócios tem como função principal desenvolver algoritmos de aprendizado de máquina e otimizar modelos preditivos complexos.
- d) O administrador de banco de dados é responsável pela criação de modelos estatísticos e pela validação de algoritmos de inteligência artificial utilizados na organização.
- e) O engenheiro de dados atua apenas na visualização de resultados analíticos por meio de dashboards corporativos.

149. Em ambientes de Big Data, as organizações podem adotar diferentes modelos de entrega e distribuição de serviços para disponibilizar infraestrutura de armazenamento, processamento e análise de grandes volumes de dados. Esses modelos estão frequentemente associados à computação em nuvem e permitem que as capacidades analíticas sejam fornecidas de forma escalável e sob demanda. Considerando essas formas de disponibilização de serviços em arquiteturas de Big Data, assinale a alternativa correta.

- a) Nos modelos de entrega baseados em nuvem, os serviços de Big Data podem ser disponibilizados sob diferentes modelos, como infraestrutura, plataforma ou software como serviço, permitindo níveis distintos de controle sobre os recursos de processamento e armazenamento.
- b) Os serviços de Big Data somente podem ser implementados em infraestruturas locais (on-premises), pois o processamento distribuído exige controle físico total dos servidores.
- c) Em arquiteturas de Big Data, o modelo de software como serviço (SaaS) exige que a organização gerencie diretamente os servidores, o sistema operacional e o ambiente de execução.
- d) O modelo de infraestrutura como serviço (IaaS) elimina completamente a necessidade de configuração de ambientes de processamento distribuído pela organização usuária.
- e) Os modelos de entrega de serviços de Big Data são definidos exclusivamente pelo tipo de banco de dados utilizado na arquitetura.

150. Uma organização pretende implementar uma plataforma analítica para processamento de grandes volumes de dados utilizando recursos de computação em nuvem. Nesse cenário, serviços de processamento distribuído e armazenamento escalável são utilizados para suportar cargas analíticas típicas de Big Data. Considerando as características das plataformas de computação em nuvem e dos serviços de armazenamento de dados associados a ambientes analíticos, assinale a alternativa correta.

- a) O armazenamento em nuvem utilizado em plataformas de Big Data é restrito a bancos de dados relacionais tradicionais, pois apenas esse tipo de estrutura garante consistência e escalabilidade.
- b) Plataformas de computação em nuvem voltadas para Big Data geralmente combinam recursos de processamento distribuído com serviços de armazenamento escalável, permitindo armazenar e processar grandes volumes de dados de forma elástica.
- c) O armazenamento em nuvem é projetado exclusivamente para arquivamento de dados históricos, não sendo adequado para uso em processos analíticos ou pipelines de dados.
- d) Em ambientes de Big Data na nuvem, os dados precisam ser obrigatoriamente transferidos para servidores locais antes de qualquer processamento analítico.
- e) O armazenamento em nuvem elimina completamente a necessidade de gerenciamento de segurança e controle de acesso aos dados.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO

Lucas Ianni

151. Uma equipe de cientistas de dados de um instituto de pesquisa econômica está avaliando linguagens de programação para um novo projeto de análise preditiva. O coordenador técnico solicita um parecer comparativo que aborde as características fundamentais do Python, especialmente quanto à tipagem e aos paradigmas suportados. Considerando as características da linguagem Python, assinale a alternativa correta.

- a) Python é uma linguagem dinamicamente tipada e fortemente tipada, o que significa que os tipos são verificados em execução e conversões implícitas não permitidas.
- b) Python foi concebida como linguagem compilada, o que justifica sua adoção em projetos de ciência de dados que demandam alta performance computacional.
- c) A linguagem Python implementa nativamente a estrutura de controle switch-case em todas as suas versões, seguindo o padrão estabelecido por linguagens como C e Java.
- d) Python é classificada como linguagem fracamente tipada, pois permite que variáveis alterem seu tipo durante a execução do programa.
- e) O paradigma funcional é incompatível com Python, uma vez que a linguagem foi projetada exclusivamente para programação orientada a objetos.

152. Um analista de sistemas de uma secretaria estadual de fazenda está desenvolvendo um módulo de auditoria fiscal que exige o armazenamento temporário de registros de contribuintes. Durante a revisão de código, o gestor técnico solicita justificativas sobre a escolha das estruturas de dados utilizadas, considerando aspectos de mutabilidade e comportamento em tempo de execução. Considerando as estruturas de dados nativas do Python, assinale a alternativa correta.

- a) Tuplas e listas compartilham a característica de mutabilidade, diferenciando-se pela sintaxe de declaração, em que tuplas utilizam colchetes e listas utilizam parênteses.
- b) Conjuntos aceitam como elementos outras estruturas mutáveis, como listas e dicionários, desde que sejam declarados com a função `frozenset()`.
- c) Listas são coleções mutáveis que permitem a alteração, inserção e remoção de elementos após sua criação, podendo armazenar objetos de diferentes tipos, inclusive outras listas.
- d) Dicionários armazenam pares chave-valor em que as chaves podem ser de qualquer tipo de dado, incluindo listas, devido à flexibilidade do interpretador Python.
- e) Tuplas podem conter um número ilimitado de elementos, porém estão restritas a cinco níveis de aninhamento para garantir a eficiência do interpretador.

153. Uma analista tributária está desenvolvendo um script para processar lotes de notas fiscais eletrônicas. O código utiliza a função `range()` para gerar sequências numéricas e aplica operações de slicing para extrair subconjuntos específicos dos dados. Durante a validação, a equipe técnica questiona o comportamento dessas operações. Considerando a manipulação de listas e slicing em Python, assinale a alternativa correta.

- a) A função `range(10, 2, -2)` gera a sequência [10, 8, 6, 4, 2], incluindo o valor final especificado como segundo argumento.
- b) O slicing `L[2:4]` aplicado a uma lista `L` retorna os elementos nos índices 2, 3 e 4, totalizando três elementos extraídos da lista original.
- c) Ao utilizar `range()` com passo negativo, o primeiro argumento deve ser menor que o segundo para que a sequência seja gerada corretamente pelo interpretador.
- d) O slicing em Python utiliza intervalo fechado no início e aberto no final, de modo que `L[2:4]` retorna os elementos nos índices 2 e 3 da lista.
- e) A operação de slicing `L[2:4]` modifica a lista original, removendo os elementos extraídos e retornando-os como uma nova estrutura de dados.

154. Um cientista de dados de uma secretaria estadual de fazenda está desenvolvendo um algoritmo recursivo em R para calcular acumulados de séries tributárias. Durante a revisão técnica, a equipe questiona o fluxo de execução e a ordem de impressão dos resultados. Considerando o comportamento de funções recursivas em R, analise o código a seguir.

```
xpto <- function(k) {  
  if (k > 0) {  
    a <- k + xpto(k - 2)  
    print(a)  
  } else {  
    a = 0  
  }  
  return(a)  
}
```

xpto(7)

Assinale a alternativa que apresenta o conjunto completo de valores exibidos na execução desse código, na ordem em que foram gerados.

- a) 16 9 4 1
- b) 1 4 9 16
- c) 7 5 3 1
- d) 1 3 5 7
- e) 9 4 1

155. Um estatístico de uma agência reguladora está elaborando relatórios visuais sobre a arrecadação tributária por setor econômico. Para apresentar comparações entre categorias discretas, ele precisa selecionar a função gráfica adequada em R. Considerando as funções de visualização de dados disponíveis na linguagem R, assinale a alternativa correta.

- a) A função `barplot()` é apropriada para criar gráficos de barras, sendo utilizada para representar visualmente a comparação de valores entre categorias distintas.

b) A função `pie()` gera gráficos de barras empilhadas, permitindo visualizar a composição proporcional de múltiplas variáveis em um único eixo horizontal.

c) A função `plot()` é especializada na criação de gráficos de barras e deve ser utilizada preferencialmente à função `barplot()` por oferecer maior controle sobre a formatação.

d) A função `histogram()` é a função nativa do R para criar gráficos de barras categóricas, diferenciando-se de `barplot()` por aceitar variáveis qualitativas diretamente.

e) A função `summary()` pode ser utilizada para gerar visualizações gráficas automáticas, incluindo gráficos de barras, quando aplicada a variáveis categóricas.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
LEI Nº 13.709/2018, 10.1 LEI Nº 12.527/2011,
DECRETO Nº 7.724/2012 E SERVIÇOS
PÚBLICOS DIGITAIS.

Fernando Pedrosa

Acerca de **LGPD**, julgue os itens subsequentes.

156. Assinale a alternativa que configura um dado pessoal sensível de acordo com a Lei 13.709/2018 (LGPD)

- a) Origem Racial ou Étnica
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- c) Data de Nascimento
- d) Nacionalidade
- e) Hábitos de Consumo

157. Sobre as definições elencadas pela LGPD, é correto afirmar que:

- a) Bloqueio é suspensão definitiva de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados
- b) Eliminação é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, desde sejam empregados procedimentos de anonimização.
- c) Titular é a pessoa natural ou jurídica a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- d) Controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- e) Encarregado é a pessoa indicada pela ANPD para atuar como ponto de contato entre controlador e operador.

158. Sobre conceitos e aplicabilidade da LGPD, é correto afirmar que:

- a) Aplica-se caso a operação de coleta ou tratamento seja realizada em território nacional, desde que os dados estejam armazenados em meio digital.
- b) Aplica-se caso a atividade de tratamento tenha o objetivo de oferecer bens, serviços ou tratamento de dados de indivíduos localizados em território nacional.
- c) Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular seja brasileiro nato.
- d) Aplica-se mesmo quando os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados fora do território nacional.
- e) Aplica-se ao tratamento de dados realizado por pessoa natural mesmo que para fins exclusivamente particulares e não econômicos.

Acerca de **Lei de Acesso à Informação**, julgue os itens subsequentes.

159. Considerando os requisitos para um pedido de acesso à informação, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, analise as assertivas a seguir. I - é vedado qualquer tipo de identificação do requerente. II - é necessário especificar claramente a informação requerida. III - é vedada a exigência de motivos determinantes para a solicitação de acesso à informação.

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas III.
- e) I, II e III.

160. De acordo com a Lei 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação), qual das informações abaixo NÃO é passível de classificação restritiva?

- a) Uma informação que possa pôr em risco a soberania ou a integridade do território nacional.
- b) Uma informação que possa pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população
- c) Uma informação que possa prejudicar ou causar risco a planos estratégicos das Forças Armadas
- d) Uma informação que ofereça elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do país
- e) Uma informação que possa pôr em risco a matriz energética ou metroviária do país.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO TRIBUTÁRIO I - GERAL***Fábio Dutra*

161. Em relação ao regime de tributação do ICMS sobre combustíveis, assinale a alternativa **correta**.

- a) O ICMS sobre combustíveis incidirá uma única vez em todas as operações, tendo uma alíquota uniforme para os combustíveis.
- b) Nas operações com lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o ICMS caberá sempre ao Estado de origem.
- c) A tributação monofásica foi admitida apenas para lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo.
- d) Nas operações interestaduais com gás natural destinadas a não contribuinte, o ICMS caberá ao Estado de origem.
- e) O ICMS sobre combustíveis não pode ter alíquotas específicas, devendo ser sempre calculado pelo valor da operação (ad valorem)

162. Sobre os impostos, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- b) Impostos são tributos vinculados a uma contraprestação estatal direta e imediata ao contribuinte.
- c) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- d) Impostos podem ser cobrados em razão de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- e) A natureza jurídica do imposto depende necessariamente da destinação legal do produto de sua arrecadação

163. Analise as seguintes afirmações sobre o princípio da anterioridade tributária:

- I. O Imposto de Importação, o Imposto de Exportação, o Imposto sobre Operações Financeiras e o Imposto Extraordinário de Guerra estão dispensados de observar tanto o princípio da anterioridade do exercício financeiro quanto o princípio da anterioridade nonagesimal.
- II. As contribuições para o financiamento da seguridade social só podem ser cobradas após 90 dias da publicação da lei instituidora, estando dispensadas do princípio da anterioridade do exercício financeiro.
- III. A majoração de alíquota do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza deve observar apenas o princípio da anterioridade do exercício financeiro, estando dispensada do princípio da anterioridade nonagesimal.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III

164. Acerca da moratória, assinale a alternativa incorreta.

- a) A União pode conceder moratória quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado.
- b) A moratória concedida em caráter individual pode ser revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições para a concessão do favor.
- c) A moratória não aproveitará aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo.
- d) No caso de revogação da moratória individual com dolo ou simulação do beneficiado, o tempo decorrido entre a concessão e a revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.
- e) A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder

165. Analise o caso hipotético a seguir: JX, empresa contribuinte do ICMS, apresentou em 10/02/2025 declaração reconhecendo débito fiscal vencido em 31/01/2025, mas não efetuou o pagamento. Conforme jurisprudência do STJ, o prazo prescricional para a cobrança judicial desse crédito tributário teve início em:

- a) 31/01/2025, data do vencimento da obrigação tributária.
- b) 10/02/2025, data da entrega da declaração.
- c) 31/01/2030, após 5 anos da data do vencimento.
- d) 10/02/2030, após 5 anos da data da declaração.
- e) 01/01/2026, primeiro dia do exercício seguinte ao vencimento

166. Sobre a repartição das receitas tributárias prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos por eles, suas autarquias e fundações.
- b) Pertence aos Municípios 25% do produto da arrecadação do imposto da União sobre propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- c) Pertence aos Estados 30% do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência residual.
- d) Pertence aos Municípios 100% do produto da arrecadação do imposto estadual sobre transmissão causa mortis e doação de bens e direitos.
- e) Pertence aos Estados 75% do produto da arrecadação do IPVA incidente sobre veículos licenciados em seus territórios

167. Sobre as imunidades tributárias previstas no art. 150, VI, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta considerando o texto constitucional e a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade cultural abrange apenas livros, jornais e periódicos impressos, não se estendendo a nenhum insumo utilizados em sua produção.
- b) A imunidade recíproca veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir os tributos de sua competência sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- c) A imunidade dos partidos políticos e instituições de assistência social alcança todas as espécies tributárias, incluindo taxas e contribuições sociais.
- d) A imunidade religiosa está condicionada à comprovação prévia pela entidade de que o imóvel está sendo utilizado nas finalidades essenciais do culto.
- e) As imunidades previstas no art. 150, VI, da CF/88 aplicam-se não apenas impostos federais, alcançando também impostos estaduais e municipais

168. Sobre a competência tributária do ITCMD na transmissão de bens imóveis, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Compete ao Estado da situação do bem instituir o ITCMD sobre transmissão causa mortis de imóvel, independentemente do local onde se processa o inventário.
- b) Na doação de bem imóvel, compete ao Estado da situação do bem a instituição do ITCMD, sendo irrelevante o domicílio do doador ou do donatário.
- c) Se o imóvel estiver localizado no Distrito Federal, compete ao DF a instituição do ITCMD sobre sua transmissão.
- d) Haverá incidência de ITCMD na doação de um imóvel a uma instituição federal de ensino.
- e) A competência para instituir o ITCMD sobre imóveis é determinada pela localização do bem, não importando se a transmissão é causa mortis ou por doação

169. Sobre as regras constitucionais do ICMS que devem ser disciplinadas por lei complementar, assinale a alternativa correta:

- a) A lei complementar deve dispor sobre a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS serão concedidos e revogados.
- b) Cabe à lei complementar apenas fixar as alíquotas máximas do ICMS, sendo as alíquotas mínimas definidas por resolução do Senado Federal.
- c) A definição dos contribuintes do ICMS não depende de lei complementar, podendo cada Estado fazê-lo por lei ordinária estadual.
- d) A lei complementar não é utilizada para regular a substituição tributária no ICMS, pois esta matéria é de competência exclusiva dos Estados.
- e) Apenas as alíquotas interestaduais do ICMS dependem de lei complementar, enquanto as alíquotas internas são livremente fixadas pelos Estados, em razão da competência tributária

170. Considere a seguinte situação hipotética: Júlia deixou de entregar a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) referente ao exercício de 2024, ano-calendário 2023, dentro do prazo legal. Em junho de 2025, antes de qualquer procedimento fiscal, Júlia entregou espontaneamente a declaração e efetuou o pagamento integral do imposto devido, acrescido de juros de mora. Considerando o art. 138 do CTN e a jurisprudência do STJ sobre denúncia espontânea, analise as afirmativas:

- I. A denúncia espontânea afasta a multa pelo inadimplemento do imposto.
- II. A denúncia espontânea afasta a multa pelo atraso na entrega da declaração de imposto de renda.
- III. A denúncia espontânea não afasta penalidades relativas ao descumprimento de obrigações acessórias.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III

171. Considerando as disposições do CTN sobre o lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, procedimento administrativo que visa verificar a ocorrência do fato gerador, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido e identificar o sujeito passivo.
- II. No lançamento por homologação, os atos praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, anteriores à homologação, não há qualquer influência sobre a obrigação tributária.
- III. O prazo para homologação é de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, considerando-se tacitamente homologado o lançamento após esse prazo.

Está(ão) correto(s):

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas os itens I e II.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e III.
- e) Todos os itens

172. Sobre a contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- a) A contribuição de melhoria pode ser instituída pelos Estados e pelo Distrito Federal, mas não pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo não apenas o limite total, mas também um limite individual, que é necessariamente o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- c) O prazo para impugnação pelos interessados dos elementos da contribuição de melhoria não pode ser inferior a quinze dias.
- d) A contribuição de melhoria dispensa a publicação prévia do memorial descritivo do projeto e do

orçamento do custo da obra, desde que seja instituída por lei específica.

- e) A contribuição relativa a cada imóvel será determinada exclusivamente pelo valor venal do imóvel, independentemente dos fatores individuais de valorização

173. Sobre as causas de exclusão do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A isenção e a anistia são causas de exclusão do crédito tributário e dispensam o cumprimento das obrigações acessórias.
- b) A isenção e a remissão são causas de exclusão do crédito tributário previstas no CTN.
- c) A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.
- d) A anistia e a moratória são as duas únicas causas de exclusão do crédito tributário previstas no CTN.
- e) A isenção exclui o crédito tributário e, conseqüentemente, dispensa o sujeito passivo de todas as obrigações tributárias, principais e acessórias

174. Sobre o princípio da vedação ao efeito de confisco e sua aplicação concreta, analise os itens a seguir:

- I. A multa pode ter efeito confiscatório, mas não há critérios objetivos definidos pelo Supremo Tribunal Federal para caracterizá-lo.
- II. A cumulação de multas moratórias superiores a 25% do valor do tributo pode configurar efeito confiscatório, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- III. O princípio da vedação ao efeito de confisco impede que a carga tributária total incidente sobre determinada atividade econômica torne inviável seu exercício.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III

175. Sobre a aplicação da imunidade recíproca a operações específicas, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A imunidade recíproca aplica-se às operações de importação de bens realizadas por municípios quando o ente público for o importador do bem.
- b) A imunidade recíproca não se aplica às operações de importação realizadas por entes públicos, devendo ser cobrados os tributos federais normalmente.
- c) Empresa privada arrendatária de imóvel público exploradora de atividade econômica com fins lucrativos está abrangida pela imunidade recíproca quanto ao IPTU.
- d) A imunidade recíproca exonera o promitente comprador de imóvel público da obrigação de pagar IPTU.

e) A imunidade recíproca alcança apenas impostos sobre patrimônio, não se aplicando a impostos sobre renda ou serviços

176. Assinale a alternativa que apresenta exclusivamente hipóteses de extinção do crédito tributário previstas no art. 156 do CTN:

- a) Pagamento, decisão judicial passada em julgado e depósito do montante integral.
- b) Decisão administrativa irreformável, remissão e transação.
- c) Compensação, liminar em mandado de segurança e dação em pagamento de bens imóveis.
- d) Consignação em pagamento, moratória e pagamento antecipado com homologação.
- e) Conversão de depósito em renda, parcelamento e prescrição

177. Sobre a capacidade tributária passiva, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais, de modo que os menores absolutamente incapazes não podem figurar como sujeitos passivos de obrigação tributária.
- b) A pessoa natural que esteja sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades comerciais ou profissionais não possui capacidade tributária passiva.
- c) A capacidade tributária passiva da pessoa jurídica depende de estar regularmente constituída, sendo necessário o registro nos órgãos competentes.
- d) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais e de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
- e) A pessoa natural que não possua a administração direta de seus bens ou negócios não tem capacidade tributária passiva para fins de incidência tributária

178. Considere a situação hipotética: Fernando adquiriu, em hasta pública, imóvel pertencente à Empresa Falida XYZ Ltda. O imóvel foi arrematado por R\$ 500.000,00, sendo este o valor da arrematação. O imóvel possuía débitos de IPTU dos últimos cinco anos, totalizando R\$ 80.000,00. Após a aquisição, a Prefeitura notificou Fernando para pagamento dos débitos de IPTU. De acordo com o art. 130 do CTN, assinale a alternativa correta:

- a) Fernando responde integralmente pelos R\$ 80.000,00 de IPTU, pois a sub-rogação opera-se automaticamente na pessoa do adquirente.
- b) Fernando não responde pelos débitos de IPTU, pois a arrematação em hasta pública extingue os débitos tributários anteriores do imóvel.
- c) A sub-rogação ocorre sobre o preço da arrematação (R\$ 500.000,00), e não sobre a pessoa de Fernando.
- d) Fernando responde pelos débitos de IPTU até o limite de R\$ 500.000,00, valor da arrematação.
- e) A responsabilidade de Fernando depende de ter havido ou não prova de quitação dos débitos tributários no edital de hasta pública

179. Considere as seguintes afirmações sobre o IPTU:

- I. É constitucional a lei municipal que estabelece alíquotas diferenciadas de IPTU para imóveis edificados e não edificados, ainda que editada em 1998.
- II. O IPTU pode ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
- III. É constitucional a fixação de adicional progressivo do IPTU em função do número de imóveis do contribuinte.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) III, apenas

180. Acerca dos princípios tributários aplicáveis ao IPVA, assinale a alternativa correta.

- a) A majoração de alíquotas do IPVA deve observar apenas o princípio da anterioridade nonagesimal.
- b) A fixação de base de cálculo do IPVA deve observar o princípio da noventena.
- c) A majoração de alíquotas do IPVA deve observar tanto a anterioridade anual quanto a nonagesimal.
- d) O IPVA não está sujeito a qualquer regra de anterioridade tributária.
- e) A fixação de base de cálculo do IPVA deve observar a anterioridade anual e a nonagesimal

DIREITO TRIBUTÁRIO II – REFORMA TRIBUTÁRIA

Fernando Maurício

181. Conforme prevê a Constituição Federal, o Imposto sobre Bens e Serviços:

- a) Poderá ser objeto de concessão pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação.
- b) Lei complementar fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- c) Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.
- d) Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.
- e) Sempre terá seu valor informado, de forma específica, no respectivo documento fiscal.

182. Conforme dispõe a Constituição Federal, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços

I-) entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

II-) será financiado por percentual do produto da arrecadação do imposto destinado a cada ente federativo.

III-) terá o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

183. As deliberações no âmbito do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços serão consideradas aprovadas se obtiverem, cumulativamente, os votos:

- a) Em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes; e de representantes dos Municípios e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% da população do País. E em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.
- b) Em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria simples de seus representantes; e de representantes dos Estados e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% da população do País. E em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria simples de seus representantes.
- c) Em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes, ou de representantes dos Estados e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% da população do País. E em relação ao

conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.

d) Em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes; e de representantes dos Estados e do Distrito Federal que correspondam a mais de 50% da população do País. E em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.

e) Em relação ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes. E em relação ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, da maioria absoluta de seus representantes.

184. Em relação ao IBS, cabe à Lei Complementar dispor sobre regimes específicos de tributação, exceto:

- a) Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário intermunicipal e interestadual, ferroviário e hidroviário.
- b) Combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que as alíquotas serão únicas e uniformes em todo o território nacional, para todos os produtos.
- c) Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos.
- d) Sociedades cooperativas, que será optativo, com vistas a assegurar sua competitividade, observados os princípios da livre concorrência e da isonomia tributária.
- e) Operações alcançadas por tratado ou convenção internacional.

185. Conforme dispõe o Constituição Federal, com redação dada pela EC 132/2023 (Reforma Tributária), são características do IS – Imposto Seletivo, **exceto**:

- a) Não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- b) Incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) Poderá ter o mesmo fato gerador de outros tributos.
- d) Poderá ter a mesma base de cálculo de outros tributos.
- e) Terá suas alíquotas fixadas por meio de Lei Complementar.

186. Conforme prevê a Constituição Federal, cabe a quem processar e julgar, originariamente, no caso de conflito entre um ente federativo e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços?

- a) Tribunal de Justiça.
- b) Senado Federal.
- c) Congresso Nacional.
- d) Supremo Tribunal Federal.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

187. Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir:

- I-) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.
- II-) O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da neutralidade e da defesa do meio ambiente.

III-) As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

188. Em relação ao IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, julgue os itens a seguir:

- I-) incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, inclusive sobre aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- II-) não incidirá sobre embarcações de pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário ou de pessoa física ou jurídica que pratique pesca industrial, artesanal, esportiva, científica ou de subsistência.
- III-) não incidirá sobre plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios, inclusive aquelas cuja finalidade principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva e embarcações que tenham essa mesma finalidade principal.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

189. Em relação ao ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, julgue os itens a seguir:

I-) Poderá ser progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.

II-) Não incidirá sobre as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições estabelecidas em lei complementar.

III-) Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

190. Em relação ao Cashback do IBS e CBS, assinale a alternativa correta:

- a) Lei ordinária sobre as hipóteses de devolução do IBS a pessoas físicas, inclusive os limites e os beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.
- b) O destinatário das devoluções será aquele responsável por unidade familiar de família de baixa renda cadastrada no Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo nacional.
- c) O percentual de cashback será de 100% para a CBS e 100% para o IBS nas operações de fornecimento domiciliar de energia elétrica e abastecimento de água.

d) O percentual de cashback será de 20% para a CBS e 20% para o IBS nas operações de fornecimento de telecomunicações.

e) O beneficiário do cashback poderá residir fora do território nacional, desde que cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

191. Conforme a LC 214, de 2025, o IBS incide sobre diversas situações, exceto:

- a) Locação.
- b) Doação com contraprestação em benefício do doador.
- c) Instituição onerosa de direitos reais.
- d) Permuta.
- e) Fornecimento de serviços por pessoas físicas em decorrência de relação de emprego com o contribuinte.

192. No caso de doações sem contraprestação em benefício do doador, que apresentem por objeto bens ou serviços que tenham permitido a apropriação de créditos pelo doador, deve ser adotado qual procedimento contábil, em relação aos créditos de IBS?

- a) A doação, em qualquer caso, deverá ser tributada com base no valor de mercado do bem ou serviço doado.
- b) A doação será tributada com base no valor de mercado do bem ou serviço doado ou, por opção do contribuinte, os créditos serão anulados.
- c) A doação não será tributada pelo contribuinte ou, por opção, os créditos serão anulados.
- d) É vedada a tributação desta doação.
- e) O crédito deverá ser estornado.

193. Considerando a Lei Complementar 214/2025, em qual momento é considerado ocorrido o Fato Gerador do IBS no caso de prestação de serviço de transporte de carga quando iniciado no exterior?

- a) No momento do pagamento do serviço.
- b) No momento do início do transporte.
- c) No momento do término do transporte.
- d) No momento que se torna exigível a parte da contraprestação.
- e) No momento do fornecimento do serviço.

194. Segundo prevê a LC 214/25, qual o local da operação para fins de incidência do IBS, no caso de aquisição em licitação de bem móvel material apreendido ou abandonado?

- a) No local do estabelecimento do arrematante.
- b) No local onde se encontra o bem.
- c) No local da apreensão ou abandono.
- d) No local em que ocorrer a licitação.
- e) No local da futura saída tributada.

195. Segundo a LC 214 de 2025, integra a Base de Cálculo do IBS, exceto:

- a) Acréscimos decorrentes de ajuste do valor da operação.
- b) O montante da Contribuição para o PIS/Pasep.
- c) juros, multas, acréscimos e encargos.
- d) Demais importâncias cobradas ou recebidas como parte do valor da operação, inclusive seguros e taxas.
- e) Valor do transporte cobrado como parte do valor da operação, no transporte efetuado pelo próprio fornecedor ou no transporte por sua conta e ordem.

196. Julgue os itens a seguir de acordo com a previsão da LC 214/25:

- I- Ao fixar sua alíquota de IBS, cada ente federativo poderá vinculá-la à alíquota de referência da respectiva esfera federativa, por meio de acréscimo ou decréscimo de pontos percentuais.
- II- As alíquotas de referência serão fixadas por meio de Lei Complementar.
- III- Não é considerado contribuinte do IBS o produtor rural que auferir receita inferior a R\$ 3.600.000,00 no ano-calendário.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e II, apenas.

197. Não é modalidade de extinção do crédito tributário relativo ao IBS:

- a) Recolhimento pelo adquirente, no caso de utilização de instrumento de pagamento que não permita o split payment.
- b) Compensação com créditos, respectivamente, de IBS e de CBS apropriados pelo contribuinte, vinculado à respectiva operação.
- c) Recolhimento na liquidação financeira da operação (*split payment*), vinculada à respectiva operação.
- d) Pagamento pelo contribuinte.
- e) Compensação com créditos, respectivamente, de IBS e de CBS apropriados pelo contribuinte.

198. Sobre o Split Payment, a Lei Complementar nº 214/2025 estabelece diversas regras, exceto:

- a) A segregação e o recolhimento do IBS e da CBS ocorrerão na data da liquidação financeira da transação de pagamento, observados os fluxos de pagamento estabelecidos entre os participantes do arranjo.
- b) Nas operações com bens ou com serviços com pagamento parcelado pelo fornecedor, a segregação e o recolhimento do IBS e da CBS deverão ser efetuados, de forma proporcional, na liquidação financeira de todas as parcelas.
- c) A liquidação antecipada de recebíveis não altera a obrigação de segregação e de recolhimento do IBS e da CBS.
- d) Os prestadores de serviços de pagamentos e as instituições operadoras de sistemas de pagamento não serão responsáveis pelo split payment, quando o fornecedor realizar a operação em seu estabelecimento.
- e) O Split Payment não afasta a responsabilidade do sujeito passivo pelo pagamento do eventual saldo a recolher do IBS e da CBS, observados o momento da ocorrência do fato gerador e o prazo de vencimento dos tributos.

199. Sobre o Regime de Apuração do IBS e CBS previsto na LC 214/2025, analise as afirmativas:

- I. Os optantes pelo Simples Nacional poderão exercer a opção de apurar e recolher o IBS e a CBS pelo regime regular, hipótese na qual o IBS e a CBS serão apurados e recolhidos nos mesmos moldes que as empresas não optantes pelo Regime Simplificado.
- II. No caso de empresa com diversos estabelecimentos, o pagamento do IBS e da CBS e o pedido de ressarcimento serão centralizados em um único estabelecimento.
- III. No caso de apuração assistida, caso o contribuinte a confirme ou nela realize ajustes, implicará confissão de dívida e constituição do crédito tributário.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

200. Conforme dispõe a Lei Complementar 214/25 em relação ao Comitê Gestor do IBS, assinale a alternativa incorreta:

- a) O regulamento único do IBS definirá o prazo máximo para a realização das atividades de cobrança administrativa, desde que não superior a 18 meses, contado da constituição definitiva do crédito tributário, após o qual a administração tributária encaminhará o expediente à respectiva procuradoria, para as providências de cobrança judicial ou extrajudicial cabíveis.
- b) As normas comuns ao IBS e à CBS constantes do regulamento único do IBS serão aprovadas por ato conjunto do CGIBS e do Poder Executivo federal.
- c) O regulamento único do IBS preverá regras uniformes de conformidade tributária, de orientação, de autorregularização e de tratamento diferenciado a contribuintes que atendam a programas de conformidade do IBS estabelecidos pelos entes federativos.
- d) As licitações e as contratações realizadas pelo CGIBS serão regidas pelas normas gerais de licitação e contratação aplicáveis às administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) O Comitê Gestor do IBS terá sua atuação caracterizada pela ausência de vinculação, tutela ou subordinação hierárquica a qualquer órgão da administração pública.

CONTABILIDADE AVANÇADA*Gilmar Possati*

201. Uma entidade possui um equipamento industrial registrado em seu ativo imobilizado pelo valor contábil de R\$ 500.000,00. Ao realizar o teste de recuperabilidade (*impairment test*) ao final do exercício, a entidade obteve as seguintes informações:

- Valor em uso do equipamento: R\$ 450.000,00.
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 420.000,00.

Com base na NBC TG 01 (R4), assinale a opção correta quanto ao procedimento contábil a ser adotado pela entidade.

- a) A entidade não deve reconhecer nenhuma perda, pois o valor contábil ainda é superior ao valor justo.
- b) A entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 80.000,00 no resultado do exercício.
- c) A entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00 no resultado do exercício.
- d) O valor recuperável do ativo é de R\$ 420.000,00, devendo o ativo ser ajustado para este montante.
- e) A perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

202. De acordo com a NBC TG 04 (R4), que trata dos Ativos Intangíveis, assinale a opção correta acerca do reconhecimento, mensuração e amortização desses ativos.

- a) O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente pode ser reconhecido como ativo intangível, desde que seu valor possa ser mensurado com confiabilidade.
- b) Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser amortizado linearmente em um prazo máximo de dez anos.
- c) Os gastos incorridos na fase de pesquisa de um projeto interno devem ser reconhecidos como

ativo intangível se a entidade demonstrar a viabilidade técnica e financeira do projeto.

- d) Um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado, mas deve ser testado anualmente quanto à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- e) A marca criada internamente por uma empresa deve ser reconhecida como ativo intangível, independentemente de os gastos poderem ser separados dos custos de desenvolvimento do negócio como um todo.

203. A Cia. Audazes vendeu mercadorias a prazo para um cliente por R\$ 120.000,00, com recebimento previsto para ocorrer em 24 meses. Se a venda fosse realizada à vista, o valor cobrado seria de R\$ 100.000,00. A taxa de juros implícita na operação reflete as condições de mercado. Com base na NBC TG 12 (Ajuste a Valor Presente), assinale a opção correta sobre o registro contábil inicial dessa transação.

- a) A entidade deve reconhecer uma receita de vendas de R\$ 120.000,00 no momento da transação.
- b) A entidade deve reconhecer uma receita de vendas de R\$ 100.000,00 e uma conta retificadora de clientes (juros a apropriar) no valor de R\$ 20.000,00.
- c) Os juros embutidos de R\$ 20.000,00 devem ser reconhecidos integralmente como receita financeira no momento da venda.
- d) O Ajuste a Valor Presente aplica-se apenas a operações de curto prazo, não sendo obrigatório para recebimentos em 24 meses.
- e) A entidade deve registrar a venda pelo valor de R\$ 120.000,00 e reconhecer uma despesa financeira de R\$ 20.000,00.

204. A respeito dos processos de reorganização societária (incorporação, fusão e cisão), assinale a opção correta de acordo com a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/1976) e os pronunciamentos contábeis vigentes.

- a) Na fusão, uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, permanecendo a sociedade absorvedora com sua personalidade jurídica intacta.
- b) Na cisão total, a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida.
- c) A incorporação exige a criação de uma nova sociedade para receber os patrimônios das sociedades incorporadas, que serão extintas.
- d) Os acionistas dissidentes de uma deliberação que aprova a fusão da companhia não têm direito de retirar-se da sociedade mediante o reembolso do valor de suas ações.
- e) Na cisão parcial, a sociedade cindida é obrigatoriamente extinta, e seu patrimônio é dividido entre duas ou mais sociedades existentes.

205. A Cia. Varejista Potiguar adquiriu um lote de mercadorias para revenda. O valor total dos produtos na nota fiscal do fornecedor foi de R\$ 100.000,00. Neste valor, já estão inclusos R\$ 18.000,00 referentes ao ICMS. O IPI, cobrado "por fora" (destacado na nota fiscal além do valor dos produtos), foi de R\$ 5.000,00. Adicionalmente, a Cia. Varejista pagou R\$ 2.000,00 de frete para o transporte das mercadorias até o seu depósito (considere que não há incidência de impostos recuperáveis sobre este frete). A empresa é contribuinte do ICMS, mas, por ser varejista, não é contribuinte do IPI.

Posteriormente, no mesmo período contábil, a empresa vendeu 60% desse lote de mercadorias pelo valor total de R\$ 150.000,00 (Receita Bruta), com incidência de 18% de ICMS sobre a venda.

Considerando as normas contábeis vigentes, assinale a opção correta acerca da contabilização dessas operações.

- a) O custo total de aquisição a ser reconhecido na conta de Estoques é de R\$ 87.000,00, pois o frete deve ser contabilizado diretamente como despesa operacional do período.
- b) O IPI destacado na nota fiscal de aquisição, por ser um imposto não cumulativo por natureza, deve ser registrado como tributo a recuperar no ativo circulante, não compondo o custo do estoque.
- c) O Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) a ser reconhecido na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é de R\$ 53.400,00.
- d) A Receita Líquida de Vendas a ser evidenciada na DRE será de R\$ 150.000,00, uma vez que o ICMS é um imposto cobrado "por dentro" e não deve ser deduzido da receita bruta.
- e) O Lucro Bruto apurado na operação de venda dessas mercadorias é de R\$ 96.600,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

206. Os seguintes eventos ocorreram em uma entidade industrial:

- I. Salário do vigilante do prédio onde funciona a fábrica;
- II. Compra de matéria-prima;
- III. Salário do gerente financeiro.

Nesse caso, de acordo com a terminologia aplicável à contabilidade de custos, os eventos descritos devem ser classificados, respectivamente, como

- a) despesa, custo e despesa.
- b) custo, despesa e custo.
- c) despesa, investimento e despesa.
- d) custo, investimento e despesa.
- e) custo, despesa e despesa.

207. A empresa ILUSTRES S/A apresentou os seguintes dados referentes a sua produção durante o mês de março de 2026:

- Produção: 2.000 unidades totalmente concluídas;
- Comissões sobre vendas: R\$ 20.000,00;
- Custos variáveis: R\$ 72.000,00;
- Despesas fixas: R\$ 22.000,00;
- Custos fixos: R\$ 30.000,00;
- Vendas líquidas: 1.000 unidades;
- Preço unitário de venda: R\$ 130,00.

Levando-se em consideração que não houve estoques iniciais e finais de produtos em elaboração e que não houve estoques iniciais de produtos concluídos, ao adotar o custeio direto pode-se dizer o lucro bruto auferido foi de

- a) R\$ 36.000,00.
- b) R\$ 94.000,00.
- c) R\$ 98.000,00.
- d) R\$ 106.000,00.
- e) R\$ 130.000,00.

208. Considere os dados a seguir:

- Estoque inicial de materiais diretos.....6.000,00
- Estoque final de produtos em elaboração.....6.800,00
- Compras de materiais diretos.....16.000,00
- Estoque inicial de produtos acabados.....2.000,00
- Mão-de-obra direta.....1.500,00
- Estoque final de produtos acabados.....1.600,00
- Custos indiretos de fabricação.....5.300,00
- Estoque final de materiais diretos.....7.700,00
- Estoque inicial de produtos em elaboração.....4.200,00
- Despesas administrativas.....2.200,00
- Despesas com vendas.....1.800,00
- Despesas financeiras líquidas..... 400,00

Considerando apenas essas informações, extraídas da contabilidade da Cia. MAVIFOR, o Custo da Produção do Período correspondeu a, em R\$:

- a) 14.500,00
- b) 16.700,00

- c) 18.500,00
- d) 18.900,00
- e) 21.100,00

209. Julgue os itens seguintes a respeito da departamentalização:

- I. A principal finalidade do custeio departamental é melhorar a atribuição de custos diretos aos produtos por meio de departamentos.
- II. Para realizar suas tarefas, os departamentos geram gastos que poderão ser classificados apenas como custos.
- III. Os gastos comuns a vários departamentos podem ser inicialmente acumulados em um centro de custos próprio para esses gastos, para que sejam posteriormente rateados aos diversos departamentos da empresa.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

210. Julgue os itens seguintes a respeito da NBC TSP 34:

- I. A Norma encoraja, mas não obriga, que as entidades com maior grau de maturidade de modelos de gerenciamento de custos, avaliem o custo-benefício da utilização do ABC para operacionalizar o rastreamento dos custos indiretos até as entregas. No entanto, essa avaliação é desnecessária quando a atribuição dos custos indiretos for relevante.
- II. As características qualitativas da informação de custos são relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade. As restrições a estas características são materialidade, custo benefício e alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.
- III. Os custos podem ser determinados usando diferentes métodos de custeio e bases de mensuração, de acordo com o uso pretendido da informação. Toda informação de custo, independentemente do modo como é apresentada, deve ser rastreável até a fonte de dados da qual se originou.

Está(ão) incorreto(s), apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Eduardo da Rocha

211. O regime sancionatório do IPVA no Estado do Rio Grande do Norte estabelece multas específicas para diferentes tipos de infrações, bem como hipóteses de redução vinculadas ao momento do pagamento. Com base na Lei nº 6.967/96, analise as afirmativas abaixo:

- I. A falta de recolhimento do IPVA, no todo ou em parte, apurada em auditoria fiscal, sujeita o contribuinte à multa de 100% do valor do imposto, além dos acréscimos legais e sem prejuízo do pagamento do imposto.
- II. A fraude, dolo ou simulação no preenchimento do documento de arrecadação enseja multa correspondente a 5% do valor do imposto devido.
- III. As multas podem ser reduzidas em até 60%, desde que pagas nos cinco dias subsequentes à ciência da lavratura do auto de infração, condicionando-se o benefício ao pagamento integral do imposto devido.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

212. A Lei nº 6.967/96 estabelece alíquotas diferenciadas de IPVA conforme o tipo de veículo, sua utilização e sua motorização. Com base nessa disciplina, assinale a alternativa invariavelmente correta:

- a) As motocicletas sujeitam-se à alíquota de 1,5%.
- b) Os veículos movidos exclusivamente a motor elétrico estão sujeitos à alíquota fixa de 0,5%.
- c) Os veículos movidos a gás natural veicular (GNV) sujeitam-se à alíquota de 1%, por equiparação aos caminhões.
- d) Os caminhões com capacidade de carga inferior a 3.500 kg sujeitam-se à alíquota de 1%.
- e) Os automóveis em geral sujeitam-se à alíquota de 3%, salvo hipóteses específicas previstas na lei

213. O momento da ocorrência do fato gerador do IPVA não é uniforme para todas as situações. A Lei nº 6.967/96 estabelece marcos temporais distintos conforme a natureza do veículo e a circunstância de sua aquisição ou perda de benefício fiscal. Com base nessa disciplina, analise as afirmativas abaixo:

- I. Para veículos já registrados e licenciados no Estado, o fato gerador do IPVA ocorre, como regra geral, em 1º de janeiro de cada exercício.
- II. No caso de veículo novo adquirido por consumidor final, o fato gerador ocorre na data do registro do veículo perante o órgão de trânsito.
- III. Em se tratando de veículo importado por consumidor final, o fato gerador ocorre na data do desembaraço aduaneiro.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

214. A Lei nº 6.967/96 disciplina hipóteses de responsabilidade solidária pelo pagamento do IPVA, ampliando o rol de sujeitos passivos além do proprietário formal do veículo. Com base nessa previsão legal, analise as afirmativas abaixo:

- I. O adquirente de veículo responde subsidiariamente pelo IPVA relativo ao exercício da aquisição e exercícios anteriores.
- II. O titular do domínio ou o possuidor a qualquer título pode ser responsabilizado solidariamente pelo pagamento do imposto e respectivos acréscimos legais.
- III. O servidor público que autorizar o registro ou licenciamento de veículo sem a comprovação do pagamento do imposto também pode ser responsabilizado solidariamente, não havendo benefício de ordem entre os coobrigados.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas

215. A Lei nº 6.968/96 disciplina o momento da ocorrência do fato gerador do ICMS no Estado do Rio Grande do Norte, estabelecendo regra geral para a saída de mercadorias e tratamento específico para transferências entre estabelecimentos do mesmo titular. Com base nessa disciplina, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS em qualquer saída de mercadoria, inclusive nas transferências para estabelecimento do mesmo titular, ainda que não haja circulação jurídica.
- b) A saída de mercadoria para estabelecimento do mesmo titular não configura fato gerador, sendo vedada, contudo, a manutenção de créditos relativos às operações anteriores.
- c) A transferência interestadual entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador, sendo os créditos assegurados pela unidade federada de destino, mediante transferência, e eventual diferença positiva garantida pela unidade federada de origem.
- d) A opção do contribuinte por equiparar a transferência interna a operação tributada aplica-se exclusivamente às operações interestaduais.
- e) Nas transferências internas entre estabelecimentos do mesmo titular, o fato gerador ocorre, mas o imposto fica com exigibilidade suspensa.

216. O regime jurídico do Serviço Público de Loteria do Estado do Rio Grande do Norte estabelece vedações específicas aos usuários e disciplina um sistema próprio de sanções administrativas. Com base na Lei nº 12.217/25, analise as afirmativas abaixo:

- I. É vedada a utilização dos serviços lotéricos por menores de idade, pessoas interditadas, pródigos e jogadores compulsivos, sendo igualmente proibida a compra ou registro de aposta em favor dessas pessoas.
- II. O pagamento da multa aplicada no âmbito do serviço lotérico exime o infrator do cumprimento da obrigação acessória correspondente.
- III. A multa correspondente a 100% do valor da importância devida é aplicável quando a exploração do serviço lotérico envolver fraude, dolo, simulação ou falsificação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

217. A empresa Potiguar Loterias S.A., credenciada para exploração de videoloteria no Estado do Rio Grande do Norte, teve constatada pela fiscalização a violação de lacre regularmente apostado pela autoridade fiscal em um dos terminais. Além disso, verificou-se embarço ao exercício da fiscalização durante a auditoria. Com base na Lei nº 12.217/25, assinale a alternativa correta:

- a) A violação de lacre apostado pela fiscalização sujeita a empresa exclusivamente à suspensão temporária do credenciamento.
- b) A violação de lacre enseja multa de 5.000 UFIRN, enquanto o embarço à fiscalização sujeita a empresa à multa de 2.000 UFIRN por equipamento.
- c) A violação de lacre apostado pela fiscalização enseja multa de 10.000 UFIRN por lacre violado, e o

embarço à fiscalização sujeita a empresa à multa de 5.000 UFIRN.

- d) As infrações praticadas impedem a aplicação cumulativa de multas, devendo a autoridade optar pela penalidade mais grave.
- e) O pagamento da multa no prazo de dez dias reduz o valor devido em 30%, desde que não haja recurso administrativo

218. Escrituração Fiscal Digital (EFD) é instrumento obrigatório para diversos contribuintes do ICMS, sendo o perfil de apresentação definido pela SEFAZ/RN. Considerando as regras previstas no RICMS/RN, assinale a alternativa correta:

- a) O contribuinte pode escolher livremente o perfil de apresentação da EFD que entender mais adequado à sua realidade operacional.
- b) Caso a SEFAZ não atribua perfil específico ao estabelecimento, o contribuinte deverá utilizar o leiaute correspondente ao perfil "A".
- c) O perfil da EFD, uma vez atribuído pela SEFAZ, somente pode ser alterado mediante solicitação formal do contribuinte.
- d) O contribuinte optante pelo Simples Nacional deve utilizar obrigatoriamente o perfil "A", salvo autorização expressa da SEFAZ.
- e) O contribuinte com múltiplos estabelecimentos pode apresentar um único arquivo digital consolidado, desde que a apuração do imposto seja centralizada

219. A legislação do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte prevê hipóteses de isenção e também disciplina situações em que o diferimento é interrompido. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) O consumo residencial de energia elétrica é isento de ICMS, independentemente da quantidade consumida no mês.
- b) As saídas internas de ovos são isentas do ICMS quando destinados à industrialização.
- c) A saída de mercadoria com destino a consumidor final não interrompe o diferimento caso a operação subsequente seja isenta.
- d) A saída de mercadoria destinada a outro Estado interrompe o diferimento, devendo o imposto ser recolhido pelo estabelecimento que promover a operação, ainda que a operação final não seja tributada.
- e) As saídas de pintos-de-um-dia estão acobertadas pela não incidência

220. O tratamento conferido pelo RICMS/RN aos bens do ativo permanente envolve regras específicas quanto à definição do conceito, hipóteses de exclusão e forma de apropriação do crédito fiscal. Com base no referido regulamento, assinale a alternativa correta:

- a) São considerados bens do ativo permanente apenas aqueles cuja vida útil ultrapasse 24 meses de uso.
- b) Mercadorias destinadas à edificação de bem imóvel integram o ativo permanente.
- c) Os créditos relativos à aquisição de bens destinados ao ativo permanente podem ser apropriados integralmente no mês de sua entrada no estabelecimento.
- d) Tubos, dutos e gasodutos empregados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural não se enquadram como ativo permanente, por se incorporarem ao solo.

e) Na fase de implantação do estabelecimento o creditamento somente passará a ser afeito a partir do primeiro mês em que ocorrer operações de venda ou transferências de mercadorias

221. A Lei nº 6.968/96 disciplina a inscrição estadual do contribuinte no Cadastro de Contribuintes do Estado, bem como obrigações relacionadas à guarda de documentos fiscais. Com base nesses dispositivos, analise as afirmativas abaixo:

- I. A inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado deve ser solicitada após o início das atividades do estabelecimento, sob pena de nulidade.
- II. A Secretaria de Estado da Fazenda pode exigir garantias dos créditos pendentes quando houver pedido de alteração ou suspensão da inscrição estadual.
- III. Os livros e documentos fiscais relacionados ao ICMS devem permanecer à disposição do Fisco pelo prazo de cinco anos, contados da data da ocorrência do fato gerador.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa III está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas

222. O Regime Especial de Fiscalização e Controle constitui instrumento excepcional de intensificação da fiscalização, podendo impor restrições e obrigações adicionais ao contribuinte. Com no RICMS/RN, assinale a alternativa correta:

- a) O Regime Especial de Fiscalização e Controle somente pode ser instituído por iniciativa da autoridade fiscal de primeira instância, sendo vedada sua adoção por ato do Secretário de Estado da Fazenda.
- b) Enquanto submetido ao Regime Especial de Fiscalização e Controle, o contribuinte pode funcionar independentemente da presença de servidores fiscais no estabelecimento.
- c) A imposição do Regime Especial de Fiscalização e Controle impede o cancelamento de benefícios fiscais anteriormente concedidos ao contribuinte.
- d) O Regime Especial de Fiscalização e Controle pode ser adotado tanto por iniciativa do Fisco quanto a requerimento do contribuinte, e também pode ser suspenso por iniciativa da administração ou mediante pedido do interessado.
- e) A recusa do contribuinte em se submeter ao Regime Especial de Fiscalização e Controle impede qualquer medida coercitiva por parte da fiscalização, limitando-se a sanções administrativas posteriores

223. O direito ao crédito do ICMS está sujeito a hipóteses de estorno quando a mercadoria ou o serviço não mantêm vinculação com operações tributadas. A legislação estadual estabelece situações específicas em que o contribuinte deve estornar o crédito anteriormente apropriado. Com base nessa disciplina, analise as afirmativas abaixo:

- I. O estorno do crédito deve ocorrer quando a mercadoria for objeto de saída isenta, quando a circunstância for imprevisível na data da entrada.
- II. Não há estorno do crédito quando a mercadoria for destinada ao exterior.

III. O estorno é integral quando a operação subsequente for realizada com redução de base de cálculo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

224. A retenção de mercadorias é medida administrativa utilizada pela fiscalização como forma de assegurar a prova material de infração à legislação tributária. Com base na disciplina prevista na Lei nº 6.968/96, assinale a alternativa correta:

- a) Somente podem ser objeto de retenção as mercadorias encontradas sem documentação fiscal.
- b) A retenção de mercadorias depende de prévia autorização judicial, por implicar restrição ao direito de propriedade.
- c) Se não for possível remover a mercadoria retida para a repartição fazendária, o auditor poderá deixá-la sob guarda de pessoa idônea, do próprio infrator ou de força policial, mediante termo próprio.
- d) As mercadorias retidas somente poderão ser consideradas abandonadas após o prazo de 90 dias sem manifestação do contribuinte.
- e) A retenção de mercadorias exige, necessariamente, que elas estejam em trânsito, não se aplicando a bens encontrados em estabelecimento do contribuinte

225. A consulta tributária constitui instrumento formal de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação do ICMS, produzindo efeitos específicos previstos em lei. Com base na Lei nº 6.968/96, analise as afirmativas abaixo:

- I. As respostas às consultas servem como orientação geral da Secretaria de Estado da Fazenda para casos semelhantes.
- II. O contribuinte que praticar atos com fundamento em resposta à consulta não ficará sujeito à aplicação de multa.
- III. A resposta à consulta impede a constituição e a exigência do crédito tributário relativo ao ICMS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Rafael Rocha (Caverna)

226. A abertura da sucessão, momento que marca a ocorrência de um dos fatos geradores do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ocorre na data:

- a) da distribuição da petição inicial do inventário.
- b) em que morreu o autor da herança.
- c) da sentença de homologação da partilha.
- d) do despacho que determinar o pagamento do imposto.
- e) em que há a aceitação da herança.

227. Com referência à competência para exigir o pagamento do imposto causa mortis e doação no Estado do Rio Grande do Norte, analise as afirmativas a seguir.

- I. Tratando-se de bens imóveis e respectivos direitos, o Estado competente para exigir o imposto será o da situação do bem ou do Distrito Federal.
- II. Com relação a títulos, competente será o Estado onde for domiciliado o “de cujus”, salvo se o inventário for processado extrajudicialmente em outro Estado.
- III. No que diz respeito aos bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do doador, mesmo se o donatário residir no exterior.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa I estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

228. Paulo, residente e domiciliado no Estado do Rio Grande do Norte, doou ao filho César, residente no Estado de Sergipe, um rebanho com 2 mil cabeças de gado, o qual se encontra na Fazenda Riacho Doce, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse caso, considerando que a doação foi celebrada por escritura pública no Estado do Mato Grosso, o Imposto incidente sobre a doação:

- a) é devido ao Estado de Mato Grosso do Sul, onde está o rebanho.
- b) é devido ao Estado de Sergipe, onde reside o donatário.
- c) não é devido, por não haver incidência sobre transmissão de semoventes.
- d) é devido ao Estado do Rio Grande do Norte, onde o doador tem domicílio.
- e) é devido ao Estado do Mato Grosso, local em que a escritura pública de doação foi lavrada.

229. De acordo com a Lei nº 5.887/1989 (RN), pode-se afirmar que o ITCD incide sobre:

- a) a parte do patrimônio que se transfere nas partilhas efetuadas em virtude de separação judicial ou por falecimento, desde que o casamento tenha ocorrido sob o regime de comunhão de bens, quando o cônjuge receber quota-parte cujo valor corresponder ao de sua meação na totalidade dos bens que integrem o patrimônio partilhado.
- b) a transmissão, por herança, de um único imóvel gravado com cláusula de impenhorabilidade.
- c) os direitos reais de garantia, a transferência destes direitos, a sua instituição, translação e extinção.
- d) os direitos pessoais à indenização por benfeitorias, transmitidos por herança ou cedidos pelo titular do direito.
- e) as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições estabelecidas em lei complementar.

230. De acordo com a Lei nº 5.887/1989 (RN), não está isenta do ITCD:

- a) A doação feita a ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial ou a seu cônjuge, quando comprovadamente destinada à residência própria, por uma única vez.
- b) a transmissão "causa mortis" e doação de imóvel destinado à própria residência, na hipótese de o herdeiro, o legatário ou o donatário não possuir outro imóvel de idêntica finalidade.
- c) a transmissão "causa mortis" relativa a bem imóvel de residência do cônjuge e filhos do "de cujus" desde que individualmente comprovem que não possuem outro bem imóvel.
- d) a propriedade rural ou urbana de área não superior ao módulo determinado pela legislação pertinente para cada região, quando for adquirida em virtude

de legado, herança ou doação por trabalhador urbano ou rural que não possua outro imóvel.

- e) a renúncia pelo fideicomissário de herança ou legado, caducado o fideicomisso, ficando os bens na propriedade pura do fiduciário.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Rafael Rocha (Caverna)

231. De acordo com a legislação potiguar acerca do PAT, assinale a opção incorreta em relação ao domicílio do contribuinte:

- a) quanto às pessoas naturais, o seu domicílio será a sua residência habitual ou, sendo esta incerta, o local habitual de sua atividade.
- b) quanto às pessoas jurídicas de direito privado, o seu domicílio será o local onde estejam sediados os respectivos estabelecimentos comerciais ou o correspondente Domicílio Tributário Eletrônico (DTE-RN), cujo uso seja autorizado nos termos da legislação tributária em vigor.
- c) o domicílio será, prioritariamente, o de eleição.
- d) quanto às pessoas jurídicas de direito público, o seu domicílio será qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
- e) o domicílio poderá ser o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos e fatos que determinaram a obrigação.

232. Com base na legislação potiguar sobre o PAT, não configura suspeição da autoridade que vier a atuar no procedimento de fiscalização:

- a) ser amigo íntimo da parte ou de seu titular.
- b) ser inimigo de advogados, contabilistas, consultores ou assessores da parte.
- c) receber presentes ou favores, antes ou depois de iniciado o procedimento ou processo administrativo tributário, de pessoas que tiverem interesse no seu resultado.
- d) promover ou tiver promovido ação judicial contra o sujeito passivo ou deste seja credor ou devedor, requerente ou requerido em ação judicial em que o sujeito passivo seja parte.
- e) haver interesse no julgamento do processo administrativo tributário em favor de qualquer das partes.

233. Considere os itens abaixo.

- I. Quando o contribuinte não estiver exercendo suas atividades no endereço indicado, a intimação poderá ser efetuada na pessoa de todos ou de um de seus sócios, nos endereços das respectivas residências ou domicílios tributários.
- II. Considera-se preposto, para fins do disposto no caput, qualquer dirigente ou empregado vinculado ao estabelecimento, ao titular, ao sócio, ao acionista, ao mandatário, ao advogado regularmente constituído, à edificação residencial ou ao endereço informado por seu procurador regularmente constituído.
- III. A intimação será feita por edital publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), quando não se realizar pelas demais modalidades ou, ainda, na hipótese de o intimado encontrar-se em local incerto ou não sabido.

São corretas, apenas

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.

d) todos os itens.

e) II, apenas.

234. Nos casos em que a repartição processante tiver a incumbência de fazer a intimação, deverá fazê-la no prazo de:

- a) dentro de 48 horas após o registro de entrada do processo ou despacho exarado nos autos por autoridade competente.
- b) dentro de 5 dias após o registro de entrada do processo ou despacho exarado nos autos por autoridade competente.
- c) dentro de 10 dias após o registro de entrada do processo ou despacho exarado nos autos por autoridade competente.
- d) dentro de 15 dias após o registro de entrada do processo ou despacho exarado nos autos por autoridade competente.
- e) dentro de 30 dias após o registro de entrada do processo ou despacho exarado nos autos por autoridade competente.

235. Acerca da decadência e da prescrição no decreto 13.796/98, assinale a opção incorreta:

- a) A decadência e a prescrição devem ser reconhecidas e declaradas de ofício.
- b) A homologação tácita se aplica à totalidade do crédito tributário exigido.
- c) O pagamento de crédito tributário prescrito não enseja reconhecimento de direito creditório.
- d) Nas isenções e reduções condicionadas a evento futuro, a contagem do prazo para formalização do lançamento não se inicia enquanto pendente a condição suspensiva.
- e) Os prazos de decadência e prescrição não fluem nos períodos em que o titular do direito não puder exercê-lo, em decorrência de determinação judicial.

236. De acordo com a legislação que rege o PAT no Estado do RN, considera-se reincidência, para fins de aplicação de penalidades:

- a) a prática de nova infração à legislação, idêntica à infração anteriormente cometida pelo mesmo contribuinte, dentro de 2 anos contados da prática da primeira infração.
- b) a prática de nova infração à legislação, idêntica à infração anteriormente cometida pelo mesmo contribuinte, dentro de 2 anos contados da constituição definitiva do crédito tributário pertinente à primeira infração.
- c) a prática de nova infração à legislação, idêntica à infração anteriormente cometida pelo mesmo contribuinte, dentro de 3 anos contados da prática da primeira infração.
- d) a prática de nova infração à legislação, idêntica à infração anteriormente cometida pelo mesmo contribuinte, dentro de 5 anos contados da prática da primeira infração.
- e) a prática de nova infração à legislação, idêntica à infração anteriormente cometida pelo mesmo contribuinte, dentro de 5 anos contados da constituição definitiva do crédito tributário pertinente à primeira infração.

237. De acordo com a legislação potiguar sobre o PAT, a ação fiscal relacionada com a infração:

- a) exclui a espontaneidade do sujeito passivo com relação aos atos anteriormente praticados, devendo a ação fiscal ser concluída no prazo de 30 dias corridos, prorrogável a critério da chefia imediata.
- b) exclui a espontaneidade do sujeito passivo com relação aos atos anteriormente praticados, devendo a ação fiscal ser concluída no prazo de 60 dias corridos, prorrogável a critério da chefia imediata.
- c) exclui a espontaneidade do sujeito passivo com relação aos atos anteriormente praticados, devendo a ação fiscal ser concluída no prazo de 90

dias corridos, prorrogável a critério da chefia imediata.

- d) exclui a espontaneidade do sujeito passivo com relação aos atos anteriormente praticados, devendo a ação fiscal ser concluída no prazo de 120 dias corridos, prorrogável a critério da chefia imediata.
- e) exclui a espontaneidade do sujeito passivo com relação aos atos anteriormente praticados, devendo a ação fiscal ser concluída no prazo de 180 dias corridos, prorrogável a critério da chefia imediata.

238. Analise os itens abaixo acerca das perícias:

- I. As perícias consistem em exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação ou certificação.
- II. O pedido de perícia será deferido quando a perícia for destinada a apurar fatos vinculados à escrituração fiscal ou contábil.
- III. Para atuar como perito, o profissional deverá estar habilitado no correspondente conselho de sua categoria

São corretos, apenas.

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, apenas
- e) todos os itens.

239. O processo administrativo tributário não compreende:

- a) a impugnação de despacho denegatório de pedido de restituição, ressarcimento, compensação, isenção e de outros benefícios fiscais.
- b) o recurso voluntário de decisão proferida em primeira instância.
- c) o recurso de ofício.
- d) a edição de súmula administrativa.
- e) a lavratura de auto de infração.

240. O preparo do processo deverá ser concluído no prazo de:

- a) 10 dias, contado do recebimento da impugnação.
 - b) 15 dias, contado do recebimento da impugnação.
 - c) 30 dias, contado do recebimento da impugnação.
 - d) 10 dias, contado da lavratura do auto de infração ou da notificação de lançamento.
 - e) 15 dias, contado da lavratura do auto de infração ou da notificação de lançamento.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
